

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA  
INSTITUTO DE ECONOMIA E RELAÇÕES INTERNACIONAIS  
GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS ECONÔMICAS**

**EDUARDO DE OLIVEIRA PAULA**

**UMA ANÁLISE DAS ESTRATÉGIAS BANCÁRIAS E DA  
DINÂMICA DO CRÉDITO NO MUNICÍPIO DE UBERLÂNDIA NO  
PERÍODO DE 2002-2019.**

**UBERLÂNDIA – MG  
2022**

EDUARDO DE OLIVEIRA PAULA

**UMA ANÁLISE DAS ESTRATÉGIAS BANCÁRIAS E DA  
DINÂMICA DO CRÉDITO NO MUNICÍPIO DE UBERLÂNDIA NO  
PERÍODO DE 2002-2019.**

Monografia apresentada ao Instituto de Economia e Relações Internacionais da Universidade Federal de Uberlândia como pré-requisito a obtenção do título de Bacharel em Ciências Econômicas.

Orientador: Prof. Dra. Vanessa da Costa Val Munhoz

**UBERLÂNDIA – MG  
2022**

EDUARDO DE OLIVEIRA PAULA

**UMA ANÁLISE DAS ESTRATÉGIAS BANCÁRIAS E DA  
DINÂMICA DO CRÉDITO NO MUNICÍPIO DE UBERLÂNDIA NO  
PERÍODO DE 2002-2019.**

Monografia apresentada ao Instituto de Economia e Relações Internacionais da Universidade Federal de Uberlândia como pré-requisito a obtenção do título de Bacharel em Ciências Econômicas.

Orientador: Prof. Dra. Vanessa da Costa Val Munhoz

BANCA EXAMINADORA

Uberlândia, 01 de abril de 2022.

---

Prof. Dra. Vanessa da Costa Val (IERI – UFU)

---

Prof. Dra. Vanessa Petrelli Corrêa (IERI – UFU)

---

Dr. Henrique Ferreira de Souza (CEPES – IERI – UFU)

## AGRADECIMENTOS

Ao entrar no curso de graduação em Economia em 2017, minha vida mudou drasticamente. Mudei-me para Uberlândia, passei a morar longe de meus pais e a vivenciar experiências completamente novas. Foram anos difíceis, mas também os mais intensos e de maior aprendizado da minha vida. E, com certeza, eu não poderia ter vivido tão intensamente essa nova realidade se não tivesse contado com a imensa sorte de conhecer e dividir meu dia a dia com pessoas incríveis.

Primeiramente, agradeço meus pais que batalharam e me incentivaram durante todo esse tempo, sempre dando prioridade à felicidade e sonhos dos seus filhos em detrimentos dos próprios. O apoio de vocês foi essencial para que eu pudesse chegar até aqui. Essa vitória é nossa.

Agradeço a minha irmã, Ana Beatriz e meus avós, Cacildo e Judith por todo suporte, incentivo e amor. Nada disso seria possível sem vocês.

Agradeço enormemente aos grandes amigos que construí graças ao curso: Antero, Duda, Gustavo, Igor, Marllon, Renan, Rodrigo, Ruan, Victor e Vitória. Vocês foram minha família em Uberlândia. Obrigado por todos os momentos felizes, aprendizados e experiências que ajudaram a me tornar a pessoa que sou hoje. Com certeza a experiência na faculdade só foi tão rica porque nos desesperamos e nos divertimos juntos.

Não poderia deixar de mencionar a Liga de Mercado Financeiro e a gestão Vanguarda do Diretório Acadêmico Celso Furtado, instituições das quais fiz parte por grande parte da minha graduação e pude me desenvolver imensamente.

Agradeço também a todos os professores do IERI, mas principalmente a professora Vanessa Val por ter sido uma orientadora incrível. Sou muito grato pela paciência que teve comigo e pela disponibilidade em todas as etapas desse processo.

## ÍNDICE DE ILUSTRAÇÕES

### LISTA DE TABELAS

Tabela 1. Estatísticas Bancárias Mensais por Município. Conceitos Utilizados.....	31
Tabela 2. Número de Agências Bancárias no Período de 2002 a 2019.....	39

## LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 - Crédito Corporativo com saldo a vencer acima de 5 anos das 10 principais instituições financeiras (em % no ano de 2019).....	24
Gráfico 2 - Saldo das operações de crédito por controle de capital (Total – R\$ milhões) .....	26
Gráfico 3 - Saldo de Crédito Total disponibilizado pelo SFN (2002-2019) em porcentagem do PIB. Deflacionado com base em 2002. ....	28
Gráfico 4 - Produto Interno Bruto de Uberlândia a preços de 2002 (2002-2019) .....	30
Gráfico 5 - Preferência pela Liquidez Bancária em Uberlândia, Minas Gerais e Brasil (2002-2019) .....	36
Gráfico 6 - Indicador da Desigualdade na Distribuição do Crédito em Uberlândia e Minas Gerais (2002-2019) .....	38
Gráfico 7 - Acesso Bancário em Uberlândia (2002-2019).....	40
Gráfico 8 - Acesso Bancário em Minas Gerais (2002-2019).....	41
Gráfico 9 - Acesso Bancário no Brasil (2002-2019).....	42
Gráfico 10 - Concentração de crédito por agência bancária do município de Uberlândia a preços de 2002. ....	43
Gráfico 11 - Concentração de crédito por agência bancária do estado de Minas Gerais a preços de 2002. ....	44
Gráfico 12 - Relação entre títulos e valores mobiliários e ativo total das agências bancárias no município de Uberlândia e no estado de Minas Gerais. Valores deflacionados com base no ano de 2002 (2002-2019). ....	45

## **RESUMO**

Esse trabalho tem como objetivo analisar as estratégias bancárias e a dinâmica da oferta de crédito no município de Uberlândia-MG no período entre 2002 e 2019. A base teórica será a teoria Keynesiana e pós-Keynesiana, as quais sugerem que em regiões centrais, a preferência pela liquidez é menor, devido a uma maior confiança por parte dos agentes ofertantes de crédito, promovendo as decisões dos bancos em conceder maior oferta de crédito. Desta forma, entender indicadores como a preferência pela liquidez e o acesso bancário no município, entre outros, nos ajuda a compreender a dinâmica dos bancos em relação as variáveis do crédito e outros componentes dos seus ativos, bem como nos permite tecer comparações com o mesmo comportamento no estado de Minas Gerais.

**PALAVRAS CHAVE:** Crédito; Bancos; Preferência pela Liquidez; Uberlândia - MG.

## **ABSTRACT**

This study aims to analyze the banking strategies and the dynamics of credit supply in the city of Uberlândia-MG in the period between 2002 and 2019. The theoretical basis will be Keynesian and post-Keynesian theory, which suggest that in central regions the preference for liquidity is lower due to greater confidence from the offering institutions. It promotes banks' decisions to grant credit. Thus, understanding indicators such as liquidity preference and banking access in the city, will help us understand the level of development with regard to credit variables and make comparisons with the state of Minas Gerais.

**KEYWORDS:** Crédit, Banks, Preference for Liquidity; Uberlândia – MG

# SUMÁRIO

INTRODUÇÃO .....	9
CAPÍTULO 1 - ELEMENTOS TEÓRICOS DO COMPORTAMENTO BANCÁRIO: REFLEXÕES DE KEYNES E DOS PÓS-KEYNESIANOS.....	11
1.1 Moeda, juros e bancos em Keynes.....	11
1.2 Financiamento do investimento na abordagem pós-keynesiana.....	15
1.3 Moeda, sistema financeiro e território .....	17
CAPÍTULO 2 – O CICLO DO CRÉDITO, A DINÂMICA BANCÁRIA NO BRASIL E A ECONOMIA UBERLANDENSE. ....	21
2.1 Comportamento dos Bancos no Brasil entre 2000-2020 .....	21
2.2 Evolução do crédito no Brasil a partir dos anos 2000 .....	24
2.3 Análise da economia em Uberlândia .....	28
CAPÍTULO 3. ESTRATÉGIAS BANCÁRIAS E DINÂMICA DA OFERTA DE CRÉDITO NO MUNICÍPIO DE UBERLÂNDIA-MG .....	31
3.1 Fonte de dados .....	31
3.2 Indicadores Analisados .....	32
3.3 Resultados .....	35
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	46
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	48



## INTRODUÇÃO

Ao mesmo passo que muitas teorias negligenciam o papel da moeda no processo econômico, esta aparece como um fator determinante em relação à dinâmica econômica, para Keynes e para os Pós-Keynesianos. Ademais, a moeda por ser endógena ao funcionamento de uma economia, quando entra no sistema econômico pelas linhas de crédito e encontra seus demandantes, esse crédito passará a determinar os níveis de investimento de uma economia ao invés de somente ser uma baliza aos preços, tornando esse ativo a ter um caráter não neutro, portanto, no processo econômico (CAVALCANTE et al, 2004). O resgate dessa dinâmica é importante para trazeremos foco sobre a compreensão da dinâmica do crédito para o desenvolvimento econômico.

No que tange a discussão do desenvolvimento e crescimento regional, são poucos os trabalhos na literatura econômica que colocam variáveis financeiras como importantes. O que se tem são proposições, em maior ou menor grau, em relação ao nível de industrialização e do capital humano como cerne da questão. É indiscutível o fato de que essas variáveis possuem alto grau de significância no desenvolvimento econômico regional, muito embora não se pode esquecer da importância dos aspectos monetários que explicam fatores como a crescimento econômico regional, bem como a desigualdade econômica. Nesse sentido, a literatura pós-keynesiana contemporânea tem avançado nessa discussão, uma vez que leva em conta os efeitos do sistema bancário sobre o desenvolvimento e sobre o crescimento econômico desigual entre regiões. Trabalhos como o de Sheila Dow, que tratou de desenvolver um arcabouço para analisar como a evolução do sistema financeiro, juntamente com variáveis reais, afetaria o crescimento regional de forma desigual, são referências para o entendimento da teoria econômica regional sob a ótica pós-keynesiana. (DOW, 1982 e 1987).

Essa discussão traz à baila a necessidade da compreensão da dinâmica das relações e interações entre regiões mais e menos desenvolvidas. Nesse contexto, conforme é trazido por Corrêa (2006), é de extrema relevância o desenvolvimento de análises que diferenciem as dinâmicas econômicas do centro e da periferia, uma vez que, a região do centro detém maior nível de confiança, mercados organizados e mais líquidos, além de um sistema financeiro mais sofisticado. Por outro lado, a região periférica, detém maior incerteza, uma economia com mercados frágeis e com alta dependência da região central, e ainda com um

sistema financeiro menos sofisticado. Desse modo, as regiões periféricas sustentam um maior risco de *default*; mudança da eficiência marginal do investimento, fruto de maiores taxas de juros; menor disponibilidade de crédito e a maior incerteza dos agentes quanto à obtenção e renda; de tal modo que a periferia conte com uma maior preferência pela liquidez.

Sob esta temática desenvolvida, o objetivo desse trabalho é analisar a dinâmica da oferta de crédito e as estratégias dos bancos no município de Uberlândia entre os anos de 2002 e 2019. São aqui estudados cinco indicadores relacionados à oferta de crédito bancária: Preferência pela Liquidez Bancária (PLB), Indicador da Desigualdade na Distribuição do Crédito, também chamado de Indicador Regional de Crédito (IRC), a relação de habitantes por número de agências bancárias, concentração de crédito por agência e por fim as operações de aplicação em títulos e valores mobiliários em relação ao ativo total dos bancos. Todos esses indicadores servirão de terreno para investigar a hipótese de que o município de Uberlândia, por ser um polo microrregional, detém resultados desenvolvidos em relação à oferta de crédito bancário.

A monografia está dividida em três capítulos, além dessa introdução. O primeiro capítulo apresenta o referencial teórico que embasa a discussão, abordando o papel da moeda, dos juros e dos bancos em Keynes; o financiamento do investimento na abordagem Pós-Keynesiana; e a discussão da moeda e do sistema financeiro em âmbito regional. O segundo capítulo faz um resgate histórico do ciclo de crédito no Brasil entre os anos de 2002 e 2019; da dinâmica bancária brasileira e da oferta de crédito; e por fim apresenta uma breve análise da economia Uberlandense. O terceiro capítulo faz uma análise empírica dos dados dos balancetes bancários do município de Uberlândia, explicando a base de dados utilizada para construção de indicadores de estratégias bancárias e na sequência apresenta o resultado da análise feita à luz desses indicadores construídos. Por fim, são feitas considerações finais da discussão desenvolvida no trabalho.

## **CAPÍTULO 1 - ELEMENTOS TEÓRICOS DO COMPORTAMENTO BANCÁRIO: REFLEXÕES DE KEYNES E DOS PÓS-KEYNESIANOS**

Neste capítulo discutiremos a importância da moeda, dos juros e do sistema bancário dentro do arcabouço teórico de Keynes e dos Pós - Keynesianos. A economia monetária de produção será apresentada e, com base neste conceito, será possível discutir os determinantes da preferência pela liquidez, o papel das taxas de juros, da moeda e o papel do sistema bancário em uma economia moderna.

### **1.1 Moeda, juros e bancos em Keynes**

A formação de Keynes, realizada em meio ortodoxo, nos círculos de Cambridge, permitiu ao autor ter amplo conhecimento dos desenvolvimentos teóricos daquilo que posteriormente criticaria como sendo um caso particular de um ciclo econômico e não sua manifestação geral. A teoria clássica e seus postulados do equilíbrio de pleno emprego e das considerações acerca da moeda como algo neutro, inicialmente adotadas por Keynes com ressalvas na parte tocante a teoria quantitativa da moeda (*Tract on a Monetary Reform, 1923*), teoria esta posteriormente desconsiderada por Keynes com seus desenvolvimentos posteriores (*A treatise on Money, 1930*). A teoria clássica foi severamente posta em cheque quando Keynes publica sua obra magna, “A teoria geral do emprego, do juro e do dinheiro” em 1936. Nesta publicação o autor mostra ser a teorização feita pela teoria clássica um caso particular e muitíssimo raro de equilíbrio econômico, sendo a realidade mais geral, a convivência de equilíbrio econômico com certo grau de desemprego, e como esta realidade poderia mudar quando se alterasse a preferência pela liquidez e conseqüentemente o nível de juros em uma economia.

Na formulação da Teoria Geral, o autor desenvolve um modelo que representa melhor a realidade capitalista, lançando mão da teorização de uma economia monetária de produção, em que a moeda não mais é neutra, ao contrário, tem grande poder sobre a decisão dos agentes (meio de troca e reserva de valor) (CARVALHO, 1992). Isso permite assegurar que o emprego numa economia é dado no mercado produtivo e não no mercado de trabalho, querendo com isso salientar que não é o nível de salários que determinará o nível de emprego, e sim o quanto o empresário está disposto a produzir, jogando por terra

o pensamento da não existência de desemprego involuntário, tal como pregava a teoria clássica.

Mais que isso, a teorização da economia monetária de produção permite concluir que o empresário se interessa no resultado monetário de sua produção, objetivando gerar riqueza monetária, aumentando sua produção quando tiver convicção que isso retornará parcelas maiores de dinheiro a ele. Neste sentido, o empresário define se ofertará mais emprego ou se irá entesourar o que gastaria em salários. (KEYNES, 1937)

Nas palavras do próprio Keynes, a moeda considerada neutra (meio de troca) pelos clássicos, não poderia governar o mundo tal qual ele realmente é, para isso “A teoria que desejo (teoria monetária de produção) trataria, em oposição a esta, de uma economia na qual o dinheiro desempenha um papel próprio e afeta os motivos e as decisões e é, em suma, um dos fatores operativos da situação, de modo que, é claro, os eventos não podem ser previstos, seja no longo ou no curto prazo, sem um conhecimento do comportamento do dinheiro entre o primeiro e o último estado. E é isso que devemos querer dizer quando falamos de uma economia monetária.” (KEYNES, 1937, v. 47, p. 241-252, adaptado)

Em sendo a economia não mais tendente ao equilíbrio de pleno emprego, como diziam os economistas clássicos, surgem alguns pontos sensíveis dentro do campo da teoria monetária de produção, uma vez que os agentes se deparam com momentos no tempo mais incertos que outros. O tempo passa a ter importância, e as decisões que se tomam hoje tem ramificações inevitáveis para o futuro. Para evitar tal *incerteza fundamental* (Davidson, 1991), criam-se mecanismos na economia capitalista que permitem a fixação de algumas cláusulas contratuais denominadas em moeda que possibilitem a liquidez e a reserva de valor no tempo, a moeda passa a funcionar como *hedge* contra as incertezas. (CARVALHO, 2003).

Um bom compêndio sobre o assunto moeda, tempo e incerteza pode ser visto na obra de Amado, 2000, pág 46.

Dessa forma, a caracterização das economias monetárias de produção necessariamente envolve a compreensão de determinado conceito de tempo, de incerteza e de moeda. E mais, esses três elementos para possuírem relevância analítica têm que estar juntos, uma vez que a moeda sem incerteza é uma mera conveniência e não representa nenhum atrativo para os agentes; tempo histórico sem incerteza é quase a mesma coisa que tempo mecânico uma vez que não há mudanças substanciais com o passar do tempo; o deslocamento no eixo do tempo pode se dar de forma similar ao do eixo do espaço e, portanto, há lugar para a reversibilidade.

Justamente por haver incerteza que os agentes possuem, em diferentes momentos do ciclo econômico, maiores ou menores preferências pela liquidez. Como dito em Carvalho (1992), a expressão deve ser vista de modo bastante amplo, não somente como uma indecisão frente ao futuro, mas sim como um conceito importante para determinar a taxa de juros ou escolha de outros ativos para rivalizar com a moeda. Explicado pelo próprio Keynes (1937) que a posse do dinheiro acalma a inquietação em determinados momentos, e o prêmio que se exige para abrir mão de tal inquietação é justamente a medida dessa inquietude.

O prêmio por não entesourar ou abrir mão da liquidez se materializa na taxa de juros.

A taxa de juros depende da expectativa de seu próprio futuro. Ela é expectacional, subjetiva, psicológica, indeterminada. Bem como é o resto do sistema. A estabilidade da taxa de juros, enquanto dura, repousa sobre convenções: o acordo geral tácito que a supõe estável. Essa estabilidade, uma vez posta em dúvida, é destruída (Shackle, 1983, p.247).

Esta (taxa de juros) por sua vez modifica o preço dos ativos da economia de forma a igualar a atratividade de títulos e moeda. Mais que isso, a preferência pela liquidez aparece como uma escolha entre ativos alternativos ao invés de somente uma teoria unidirecional que só pensa no retorno à moeda (Carvalho 1999). Quando os agentes, incertos quanto ao futuro, fogem para a moeda, adiam decisões de investimento e consumo, tornam a moeda mais cara, mais escassa, elevam o preço da mesma frente aos outros produtos, aumentando os custos das firmas, reduzindo lucros, que redundam em baixas na produção e elevação no desemprego involuntário.

A incerteza e seus efeitos na retenção, ou não, de moeda, passa a ser, então, uma das principais questões dentro da teoria Keynesiana e parte fundamental, também, assim como o motivo *finance* para o investimento, dos trabalhos pós keynesianos.

Os motivos que governarão as preferências dos indivíduos pela liquidez serão os responsáveis por determinar a demanda por moeda do mesmo, que pode se dar buscando atender um ou mais objetivos. Sendo eles: transação, precaução, especulação e *finance*. O motivo transação como o nome sugere não depende de expectativas, é única e exclusivamente a manifestação da moeda como meio de troca. A precaução se refere

diretamente a incerteza, de modo que “a liquidez permita ao agente adiar uma decisão até que surjam mais informações” (Dequech, 1999, p.9).

A incerteza, por sua vez, pode criar um movimento especulativo na economia, uma situação em que os apostadores e os próprios produtores podem visualizar no futuro diferentes possibilidades, e apostando nisso podem aumentar seus recursos em dinheiro. Ideia melhor exposta no seguinte trecho.

Nesse sentido, os agentes dividem-se em altistas e baixistas. O primeiro grupo apresentando expectativas de um aumento dos preços dos ativos financeiros, e o segundo apresentando expectativas de quedas desses preços. A divisão da sociedade nesses dois grupos é que permite que os mercados funcionem sem descontinuidades (Keynes, 1936, p.170).

São as opiniões diferentes sobre a dimensão das taxas de juros futuras que farão os agentes comprarem ou venderem títulos hoje, em movimentos, normalmente, não sincronizados com o do mercado no geral.

O motivo *finance*, de especial atenção a esta pesquisa, se relaciona com as despesas inesperadas, normalmente sob a forma de investimentos. O *finance* existe no interregno entre planejamento e execução de uma atividade de investimento (Weintraub, 1980.). Explica o porquê não é o entesouramento que fomenta o investimento, uma vez que o motivo *finance* por redundar em investimento, necessita da existência de um sistema de crédito que o forneça de curto prazo a prazos de saldo longos que gerarão a posteriori, via aumento no nível de emprego e renda, aumentos na poupança, e não o contrário. “Poupança e investimento continuam a se igualar *ex-post*, porém o fator que leva a essa igualdade não é a taxa de juros, mas sim o nível de renda. O investimento é o principal determinante do nível de renda e, em decorrência do multiplicador, gera exatamente a poupança necessária para igualar o investimento à poupança” (Amado, 2000, p.26). Neste sentido é possível colocar o motivo *finance* como ponto de partida para o setor produtivo da economia, ou melhor, ponto inicial para a existência de um sistema monetário de produção. A atividade bancária ganha centralidade na análise Keynesiana, ganhando o setor a responsabilidade de limitar ou incentivar a taxa de investimento do mundo empresarial, mais que isso, por serem um dos principais criadores das finanças, quando há impulso para aumentar o investimento, a demanda por liquidez se eleva e deve ser seguida

pela elevação da finança, caso não exista esse movimento por parte do setor bancário, as taxas de juros se elevam e passa a existir desestímulo ao investimento.

Claro que os bancos guardam suas preferências, expectativas e também se preocupam com sua liquidez, o que faz com que sejam importantes para impulsionar o crescimento econômico e ao mesmo tempo guardam também, quando as incertezas são altas, grande parte da culpa pela ampliação dos ciclos de instabilidade quando se restringe o crédito na economia, dando a este setor, talvez, a única forma de preferência pela liquidez com poder real de mudar a economia como um todo.

Sobre os bancos é interessante destacar os avanços observados pelos keynesianos bastardos. Dow e Chick (1982) fazem grandes avanços quanto a isso ao esmiuçarem em detalhes como ocorre o desenvolvimento bancário, guardando é claro, especificidades locais, de modo que países diferem quanto ao grau de organização e estágio de desenvolvimento do sistema bancário. Nos primórdios ou nos primeiros estágios do desenvolvimento bancário, estes dependem sim dos depósitos para poder gerar empréstimos, os bancos limitam o crédito e nada mais fazem que escolher quem pode tomá-lo e quem não pode, algo muito parecido com as contribuições da teoria quantitativa da moeda desenvolvida pelos economistas clássicos. Os estágios seguintes são mais fluidos, existem mecanismos facilitadores para o empréstimo de crédito e a moeda deixa de ter determinação exógena, os bancos não mais precisam de depósitos para emprestar como antes, o multiplicador bancário passa a ser cada vez mais forte. O banco central como emprestador de última instância torna o sistema mais líquido para os próprios bancos, e o volume de crédito passa a depender somente das expectativas dos ofertantes, determinado pela preferência pela liquidez destes agentes ao visualizarem o cenário econômico.

## **1.2 Financiamento do investimento na abordagem pós-keynesiana**

A dinâmica bancária nas economias mais desenvolvidas permite entender a importância dos bancos no desenvolvimento e crescimento de uma economia. Na visão pós Keynesiana o sistema bancário aparece como algo essencial e complexo, os desenvolvimentos da estrutura financiamento-investimento-poupança-*funding* sintetiza tal complexidade e escancara a necessidade de um ambiente favorável ao crescimento

financeiro estável, de modo que a estrutura de regulação do Estado permita estabilidade a este setor tão fundamental ao crescimento econômico.

A ideia por trás do mecanismo financiamento investimento poupança *funding* provem da crítica pós keynesiana à teoria clássica da liberalização financeira. O sistema bancário em economias desenvolvidas financia o investimento independente de uma poupança prévia, uma vez que o investimento gerará renda, e via efeito multiplicador haverá resultado como um subproduto de elevação na poupança da economia. Os juros, por sua vez, não vão afetar a relação investimento poupança, e sim a preferência pela liquidez dos agentes econômicos, incluindo os bancos, podendo, se oscilar para cima, afetar negativamente o nível de investimento.

Em uma economia com um sistema bancário desenvolvido é comum a existência de um mercado de capitais (primários e secundários) e agentes dispostos a negociar papéis a vários níveis de preços (altistas e baixistas), isso permitirá que as poupanças da economia se acomodem, fazendo com que exista consolidação financeira (*funding*) dos passivos empresariais, reduzindo assim a fragilidade do sistema econômico. Sobre isso dirá Davidson, (1986) “Logo, num mundo atemporal onde as decisões dos agentes se coordenassem perfeita, o circuito financiamento-poupança-*funding* se completaria juntamente com o processo de multiplicação de renda. Porém, num mundo incerto, mesmo após o desenvolvimento completo do multiplicador, o *funding* está condicionado pela propensão do público a adquirir títulos de longo prazo ou ações ao longo do processo de multiplicação da renda.”

Claro que em economias desenvolvidas no âmbito especulativo, alguns cuidados devem ser tomados e uma robusta estrutura regulatória deve existir, para que flutuações em momentos de *boom* econômico não gerem crises especulativas. Tendo os recursos destinados à especulação (opção pela menor liquidez) também passíveis de influir negativamente no grau de investimento de uma economia. Em Keynes é possível observar também que a estrutura financeira desenvolvida, para comportar crescimento econômico estável, deve contar com um sistema de crédito ao investimento (*finance*) e ao mesmo tempo comportar e regular de modo estável uma estrutura de ações (*funding*) para compatibilizar ativos e passivos entre os agentes envolvidos.



É comum que o financiamento do investimento ocorra ou pela via do crédito de longo prazo ou pela emissão de títulos de dívida a serem pagos no longo prazo. Zysman, (1983) dirá, então, que existem economias baseadas no sistema de capitais (Estados Unidos por exemplo), e baseadas no sistema de crédito (Alemanha e Brasil, por exemplo).

[Para os pós-keynesianos a moeda não é exógena, entrando no sistema econômico através do crédito gerado pelos bancos e induzido pela sua demanda. Assim, o crédito permite determinar o investimento ao invés de determinar o nível geral de preços, tornando a moeda parte integrante do processo econômico e não neutra (Cavalcante, 2004, p.7).]

Nas economias que financiam o investimento pela via dos capitais a emissão de ações e debêntures de longo prazo é um fator muito fundamental à formação de capital, ao passo que nas economias que financiam o investimento pelo sistema de crédito, é comum os bancos se fixarem às autoridades monetárias, fazendo com que o governo tenha certo controle sobre o investimento e que as empresas, pela estrutura de dívida de longo prazo sejam, caracteristicamente mais endividadas. Cabe destacar que a estrutura de financiamento do investimento pela estrutura de crédito é mais comum em países subdesenvolvidos, onde as pressões pela liberalização dos mercados de capitais são mais fortes. A problemática de tal ação como cita Zysman (1983) está na liberalização romper estruturas regulatórias existentes sem criar outras e, com isso, não fomentar o investimento e sim o mercado especulativo.

### **1.3 Moeda, sistema financeiro e território**

Por mais que a moeda tenha sido endogeneizada na modernização das estruturas bancárias do mundo isso não garante que sempre exista crédito em abundância para os demandantes da economia. Em momentos de maior crescimento econômico as estruturas de crédito ficam mais frouxas quanto a quem pode tomar estes empréstimos e a abundância dos mesmos se torna também maior. No entanto, o que é o quadro mais comum, os empréstimos ocorrem muito mais devido à disposição dos bancos em emprestar que dos agentes em demandar, isso faz com que o custo de informações seja muito importante na hora da instituição bancária fornecer este financiamento. Neste sentido é que podemos

trazer à tona a importância dos bancos regionais para a dinâmica econômica de uma região, isso porque o maior estreitamento dos laços entre prestador e tomador faz com que as incertezas na operação se reduzam drasticamente, facilitando o empréstimo e consequentemente fomentando a economia local.

Nas palavras de Dow (1992, pág 22):

[considerando-se um regime de bancos locais, o estreitamento da relação entre bancos e clientes tende a favorecer a redução da incerteza presente nas operações de empréstimo e, diante de uma perspectiva otimista por parte dos agentes locais, a tendência é de haver, sim, maior disponibilidade de crédito . Claro que a regulação também determina a natureza da ligação entre uma instituição financeira e o crescimento regional.]

É perceptível também que em uma realidade, como a brasileira, onde são mais comuns grandes conglomerados bancários, que tal proximidade entre agência e cliente final não pode gerar resultados tão positivos como os outrora citados, isso porque nestas instituições as decisões são padronizadas e centralizadas em um único canal de dimensão nacional (matriz), onde a informação tomada na mesa do gerente tem pouca ou nenhuma valia. E que, além disso, como dirá a pesquisa de Beare (1976) é a política monetária nacional que determina a renda regional, com impactos dispares relacionados à elasticidade de renda das regiões

Destaca-se ainda assim que existem peculiaridades regionais, multiplicadores regionais, e diferentes preferências pela liquidez dos agentes bancários e tomadores de acordo com as expectativas de preços dos ativos regionais. Dow (1982, 1987 e 1993) e Rodríguez-Fuentes (1998) constatam, deste modo, que a moeda de fato exerce função relevante na determinação da composição regional da renda e do emprego. E que as condições financeiras regionais podem afetar os agregados monetários nacionais, e, portanto, a renda e o emprego nacionais. Mais que isso, na realidade regional os fluxos monetários se alteram de acordo com as correntes reais, com isso querendo dizer que o multiplicador é maior ou menor dependendo da dimensão das reservas bancárias regionais, da propensão do público a gastar naquela região e da propensão a investir dentro daquela localidade (Dow, 1987)

A política monetária nacional, se distribuiria, então, mais fortemente em regiões mais urbanizadas e de maior concentração populacional, de modo que nestas regiões políticas fiscais retornassem resultados mais rápidos, e as elasticidades fossem maiores em regiões mais manufatureiras de bens duráveis (Garrison e Chang, 1969), ocorrendo também diferenças nas taxas de juros regionais (ocorridas por diferenças na taxa de concentração bancária, probabilidade de inadimplência, distanciamento dos mercados centrais, nível de informações). Fazendo com que o montante de crédito regional seja determinado pela relação entre ofertantes e demandas e suas respectivas preferências pela liquidez (Munhoz, 2007).

Dentro do arcabouço de evolução do sistema bancário, a confiança que estes inspiram são determinantes para a atração e evolução de recursos a seus caixas. A teoria keynesiana vislumbra então, que o grau de preferência pela liquidez varia de acordo com a expectativa que os agentes possuem por rendimentos em ativos alternativos, sendo menor onde a expectativa de valorização de ativos alternativos é maior (Dow, 1999).

O desenvolvimento do sistema bancário e as disparidades regionais que surgem em decorrência disso, seguem uma lógica comum, dos bancos buscando melhores oportunidades de negócios, tornando o argumento locacional uma questão central na promoção do crédito bancário. Fazendo com que o sistema financeiro seja um agente capaz de gerar renda na economia, mesmo que indiretamente. Outro fato se refere a configuração, que fará com que os bancos periféricos prefiram manter excesso de reservas e conseqüentemente amarrem o crédito local, junto à isso, o público destas regiões também preferirão maior liquidez o que acaba aprofundando a discrepância entre a dinâmica de multiplicação central da que ocorre na periférica (Dow, 1897). Somando-se a esta discussão a existência de diferentes níveis de evolução do sistema bancário entre diferentes regiões, a configuração de portfólio do banco regional pode constranger o banco a ofertar crédito, fazendo com que:

Dessa forma, as características econômicas da periferia afetariam as variáveis financeiras; diminuindo o crédito, criando um círculo vicioso que dificulta seu desenvolvimento e reforça as desigualdades regionais (Castro, 2002, p.54).

Historicamente, como citado anteriormente, quando exposta a ideia da disparidade entre os centros urbanos mais desenvolvidos e menos desenvolvidos, a estruturação segue uma lógica que opõe indústria e atividades agrícolas, de modo que a conjuntura no centro urbano tenha resultados sobre a periferia. Nas palavras de Cavalcante (2004) “os bancos possuem papel fundamental no sistema econômico. Ao invés de serem meros intermediadores entre investidores e tomadores, eles são agentes ativos que forçaram o uso de recursos para a compra de bens de capital que contribuem para o desenvolvimento da economia”. No caso brasileiro o sistema bancário regionalizado tem baixa participação no produto e no financiamento das economias regionais, a característica bancária do país, mais centralizada e dissociada em filiais tende a reforçar a concentração de crédito em algumas regiões em detrimento de outras. Esta realidade dificulta o redépósito nas periferias financeiras, reduzindo a possibilidade de crédito regional, e fomentando, ainda mais a concentração bancária em centros específicos.

Junto a isso o cenário econômico desde o plano real também não é favorável a mudança desta estrutura, uma vez que a manutenção de juros altos e crescimento tímido tende a reforçar o cenário de escassez de recursos fora dos grandes centros. Claro que na década de 2010 houve significativa mudança na estrutura de crédito nacional e políticas governamentais específicas para estimular esse mecanismo, que operou e funcionou muito bem ao financiamento de curto prazo, ficando a cargo, quase que exclusivamente, do BNDES a emissão de recursos a longo prazo, que são, ao fim e ao cabo, os reais expoentes do crescimento econômico sustentado (Carvalho, 2018). Vale ressaltar também que a introdução de novos mecanismos de alavancagem e o fortalecimento do mercado especulativo, auxiliaram, ainda mais, que os recursos tardassem a ser direcionados ao investimento produtivo, devido às incertezas que guardam tais processos.

## **CAPÍTULO 2 – O CICLO DO CRÉDITO, A DINÂMICA BANCÁRIA NO BRASIL E A ECONOMIA UBERLANDENSE.**

Esse capítulo tem como objetivo, primeiramente, tecer uma análise acerca do comportamento dos bancos no Brasil entre 2000 e 2020, destacando a importância dos bancos públicos de desenvolvimento no papel da oferta de crédito para investimentos de alto risco. Posteriormente, avançar na discussão acerca da oferta de crédito no Brasil pelas instituições financeiras a partir de 2000. Por fim, discorrer sobre a economia de Uberlândia – MG.

### **2.1 Comportamento dos Bancos no Brasil entre 2000-2020**

O maior e mais avançado sistema bancário da América Latina está no Brasil, e uma das explicações para tamanho avanço centra-se na necessidade posta pelos anos de hiperinflação que forçaram a promoção de diversas inovações financeiras para amortecer, mesmo que em partes, as debilidades criadas pelos tempos inflacionários. (Freitas, 1998)

O sucessivo avanço dos preços visto no contexto de alta da inflação impôs constantes aperfeiçoamentos no plano institucional da moeda indexada no Brasil, contudo, a partir de meados dos anos 1980, concretiza-se a indexação dos títulos do tesouro à taxa de juros de curto prazo, fato conhecido por nós como indexação financeira. Mais exatamente, a partir do Plano Cruzado, salvo algumas exceções, o sistema de indexação passou a ser diário e ter como referência a taxa *overnight*. A indexação de contratos à índices de preços cedeu lugar à indexação financeira, tal fato entrelaçou o mercado de dívida pública e o monetário, tendo em vista que este último se tornou referência para remuneração dos títulos públicos. Nesse arcabouço, o funcionamento de oferta de crédito por partes dos bancos em geral foi bastante impactado, visto que, certamente o financiamento do setor público teria sido dificultado, haja vista o papel central ocupado pela taxa básica de juros na lógica do plano, bem como a possibilidade de elevações na taxa de juros serem capazes de impor perdas financeiras excessivas aos detentores de títulos públicos em caso de inexistência da indexação financeira. (Oliveira, 2010)

A conformação do sistema bancário nacional até chegar aos anos 2000 passa por inúmeras mudanças, que incluem, se fizermos o recorte no Plano Real, uma série de

readequações a práticas internacionais, a criação de um sistema de proteção ao crédito além de uma ampla abertura ao capital internacional que, depois de instalado aqui, ampliou seu escopo fundindo-se e adquirindo vários dos bancos de origem nacional. (Paula, 2011)

A reestruturação bancária promovida pela abertura financeira, ao invés de dinamizar o sistema fez com que ele se concentrasse cada vez mais. Com o fim do ambiente inflacionário, os bancos que viviam deste tipo de renda encerram suas atividades, bancos estaduais de menor porte foram engolidos por grandes conglomerados, e o número de bancos públicos também se reduziu drasticamente no mesmo período. (Baumol et al., 1982)

O que se observa de fato é que a quantidade dos bancos se reduziu ao mesmo tempo em que a participação dos grandes conglomerados, sejam eles públicos (Caixa e Banco do Brasil) ou privados nacionais (Bradesco e Itaú), se eleva no quesito participação de mercado até o ano de 2010. Cabe destacar, com um pouco mais de acurácia, que se partirmos para um índice de concentração bancária tal qual o posto para a aferição industrial por Hirschmann e Herfindall, o sistema bancário brasileiro é considerado de concentração média com grau elevado somente no setor de operações de crédito e arrendamento mercantil (Paula; Oreiro e Basílio, 2013). Estrutura que irá permanecer até 2020, com algumas ressalvas dado o surgimento de *start-ups* financeiras que estão ganhando cada vez mais *share*, mesmo que ainda o montante não seja de vulto relevante. (BACEN, 2021).

É nesta estrutura de concorrência medianamente concentrada que os bancos públicos ganham importância como indutores do comportamento creditício, conforme apontam Paula et al (2013):

por essa razão, que o papel dos bancos públicos ganha relevância estratégica na gestão de política econômica, uma vez que atuam como indutor de comportamento ao restante do mercado. Sendo assim, o grau de competição do setor bancário é relevante na medida em que influencia a quantidade de crédito ofertada, a sua qualidade e o próprio crescimento econômico. (Paula, Oreiro e Basílio, p.14. 2013)

Os Bancos públicos são uma importante ferramenta de direcionamento do crédito naqueles países que o utilizam da maneira devida, sua importância fica exacerbada em quase todo o mundo quando passam a atuar abertamente e de modo muito forte pós crise global em 2008.

Além de, normalmente, os bancos públicos exercerem papel de bancos sociais, instalados em regiões remotas do país, em que o lucro normalmente não é tão visado e, portanto, não chegam os bancos privados, auxiliando também, quando atuam de maneira anticíclica, a forçar a ampliação de liquidez no mercado e no fomento à concorrência interbancária.

A importância dos bancos públicos de desenvolvimento (BPD) se dá em cenários de falha na oferta de financiamento de setores ou projetos considerados críticos pelo governo, casos que o setor privado não detém apetite ao risco para investir. Nesse sentido, os bancos públicos entram intervindo de forma positiva em financiamentos de longo prazo, como é o caso de projetos de infraestrutura, financiamento de empresas estratégicas para a economia ou até mesmo no financiamento de setores subservidos, como pequenas e médias empresas ou atividades rurais.

Dessa maneira, é importante salientar que o investimento por parte dos BPDs, deve acontecer somente quando a iniciativa privada se opõe ou não consegue servir a demanda financeira de longo prazo de determinados projetos. Além do mais, é necessário que esse investimento seja pensado avaliando os benefícios diretos e indiretos, gerando benefício social, econômico ou ambiental que supere o investimento por um indicador de retorno aceitável. (Almeida, 2017)

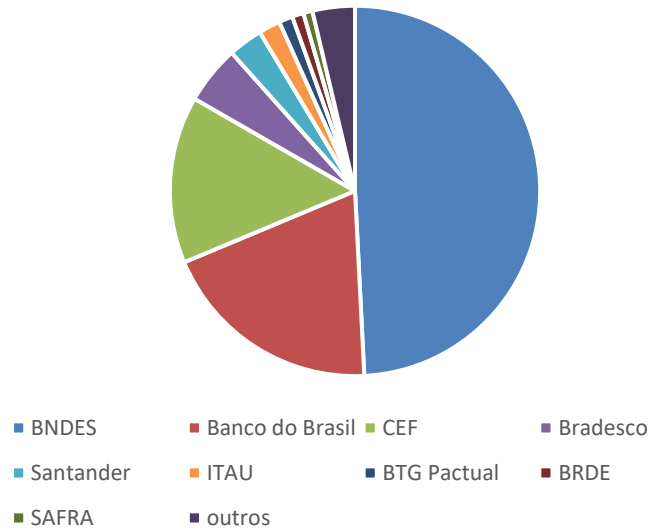
Um dos principais bancos públicos, no caso brasileiro, é o BNDES, que desde a sua criação em 1952 atua como um fornecedor de crédito de longo prazo, fundamental para o investimento das firmas sem que estas tenham que recorrer aos recursos próprios ou à captação externa. (Além; Madeira; Martini, 2015)

No caso brasileiro, em que a autoridade monetária está constantemente balizando a taxa de juros, o crédito de longo prazo se torna difícil, uma vez que a previsibilidade quanto a seu valor futuro se perde e os agentes financeiros privados para se precaverem de riscos e prejuízos, tomem decisões cada vez mais curto-prazistas. Neste contexto, é possível destacar mais uma importante função dos bancos públicos na economia brasileira, pois devido ao seu caráter anteriormente explicado, dão condições às indústrias de recorrer a uma fonte segura para realizar seus planos de longo prazo. (Coutinho, 2009)

Para se ter ideia da importância dos BPD's no financiamento de longo prazo, somando a isso a atuação de outros dois bancos públicos (CEF e Banco do Brasil),

apresenta-se o gráfico do *marketshare* das principais instituições bancárias brasileiras quanto ao financiamento considerado de longo prazo, com prazos de maturação superior a cinco anos.

**Gráfico 1 - Crédito Corporativo com saldo a vencer acima de 5 anos das 10 principais instituições financeiras (em % no ano de 2019)**



Fonte: BCB, BNDDES.

## 2.2 Evolução do crédito no Brasil a partir dos anos 2000

A implementação bem sucedida do Plano Real e a consequente abertura do sistema bancário em 1997 apontavam para uma melhoria na eficiência deste sistema. Com a ampliação da competição, pensava-se permitir a ampliação do volume de crédito na economia, principalmente aquele de longo prazo, tão crucial ao desenvolvimento econômico, e mais que isso, permitir que este recurso fosse mais acessível, uma vez que os *spreads* bancários figuravam entre os mais elevados do mundo. O que se verificou, na realidade, é que a história não caminhou para este fim, e o país ainda é, atualmente, uma das praças com maiores *spreads* do mundo, e detentor de um sistema bancário amplamente concentrado. (Paula; Oreiro; Basílio. 2013).



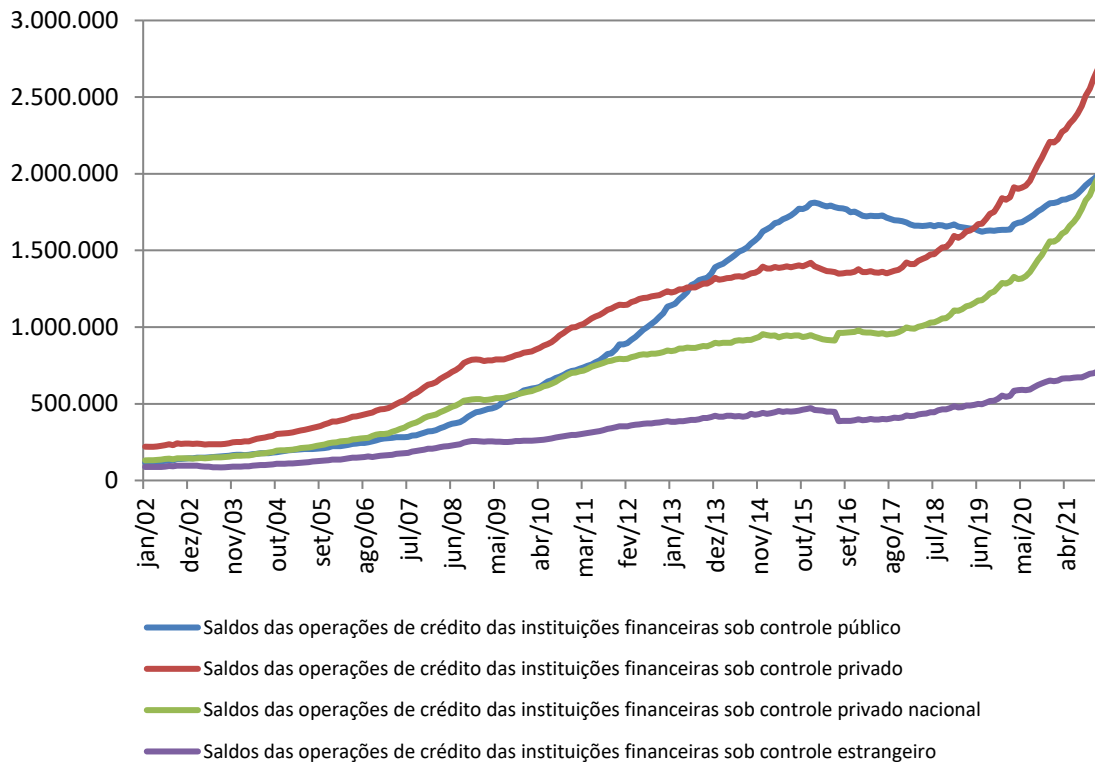
A marca mais característica do crescimento econômico brasileiro é a que se refere a analogia do “Vôo de galinha”, que tem por base o crescimento em curtos períodos de tempos, que não se sustentam em patamares elevados por muito tempo. Comportamento potencializado pelo efeito de contágio que permeia as economias periféricas frente a crises globais que sempre atingem mais fortemente as economias emergentes (Correa; Almeida, 2002). E assim começaram os anos 2000 para o Brasil, ainda sob o efeito das crises nos emergentes (Rússia, México, Argentina), o que levou a restrição da relação crédito/PIB em 2003 ao patamar de 21,8%, quatorze pontos percentuais a menos que o observado no início do plano real em 1995 (Paula; Alves Jr, 2003). Na mesma época, para conter as crises e manter a saúde do sistema bancário, o governo brasileiro optou por proteger o sistema através de mecanismos de mercado (emissão de títulos pós-fixados e de curto prazo) que elevaram a relação dívida/PIB do país e restringiu o crédito público a patamares inferiores ao volume de 1% do PIB.

O ano de 2003 apresentou o início da retomada do crescimento econômico do país, e o crédito, por sua vez, tendeu a acompanhar este novo ciclo. De fato, a participação do sistema bancário no PIB do país disparou, e saiu da casa de 22% no ano de 2003 e chega a 45% em 2009. Um conjunto de fatores que não somente o bom cenário econômico possibilitou este aumento, o empresariado passou a demandar todo o fluxo de crédito ofertado, a ampliação do *funding* doméstico também merece destaque, a demanda aliada aos altos *spreads* dos empréstimos para pessoas físicas, e por fim a dinamização e a modernização do sistema bancário privado. Muito embora todos os três setores do sistema de crédito nacional façam parte da ampliação do mercado, sendo eles: bancos privados nacionais, internacionais e os bancos públicos, todos tiveram seu dinamismo aumentado no período (Bonomo; Brito; Martins, 2014), conforme Gráfico 2 abaixo.

A crise financeira que se iniciou em 2008 e atinge o restante do mundo mais fortemente em 2009 traz profundas alterações na estrutura de crédito e juros do país. O impacto inicial vem do sistema financeiro atrelado a variações na economia global mais direta, no caso o mercado de ações brasileiro, que rapidamente viu recursos de residentes e estrangeiros sumirem das operações no qual estavam alavancados, além disso, a queda nas operações que envolviam o *funding* externo também sofreram forte impacto, o que

levou os bancos privados a rapidamente aumentar sua preferência pela liquidez frente a incerteza do cenário que se inaugurava com a crise dos “títulos podres”. (Araújo, 2012)

**Gráfico 2 - Saldo das operações de crédito por controle de capital (Total – R\$ milhões)**



Fonte: BCB.

Neste cenário, para conter um colapso econômico e retomar rapidamente a aceleração econômica o governo por meio dos bancos públicos agiu rapidamente, lançando mão de alguns mecanismos no mercado de crédito, objetivando principalmente aliviar a restrição de liquidez dos bancos privados para fomentar novamente o crédito, promovendo, para isso, a redução do compulsório e a criação de incentivos poderosos para os bancos maiores adquirirem portfólios dos bancos menores e mais regionalizados, além de fomentar que os bancos públicos agissem deliberadamente de maneira anticíclica colocando novas plataformas de crédito no mercado. (Araújo, 2012)

Partindo do ano de 2010, há rápida recuperação do fôlego econômico e crescente aderência dos mecanismos de crédito que se ampliam até 2014, quando um forte quadro de

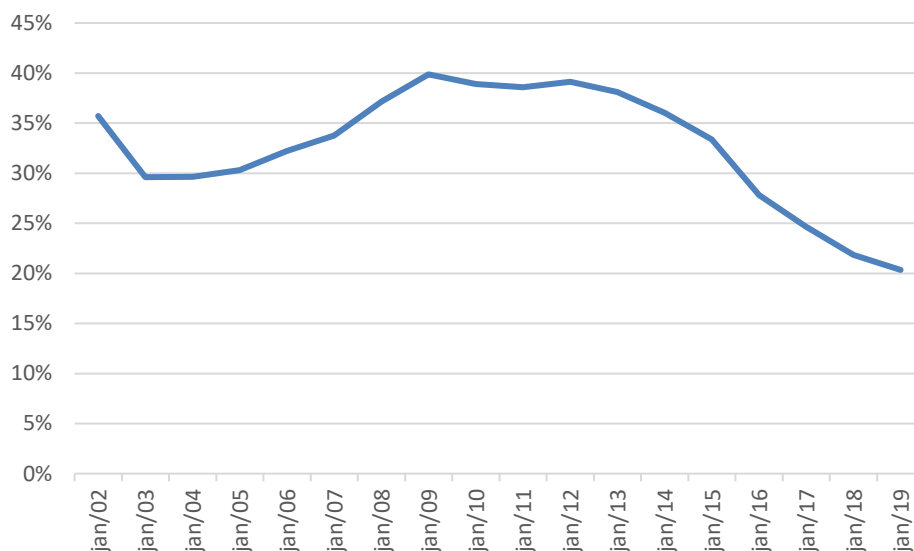
recessão toma conta da economia brasileira. Neste momento, há um forte fluxo de recursos voltando a posse do sistema financeiro nacional, em um movimento rápido de retomada de liquidez por parte dos bancos. Em 2017 já em um sinal de recuperação econômica e contando com a flexibilização da política monetária, observa-se uma mudança na tendência de manutenção de liquidez do sistema financeiro, que retomou algumas das linhas de crédito outrora paralisadas. Esta tendência de gradual ampliação do crédito aos agentes econômicos (pessoas físicas e jurídicas) segue até o ano de 2019. A tendência gradual muda de intensidade no primeiro ano pandêmico, uma vez que, apesar das debilidades impostas à economia, é um ano de forte concessão de crédito, muito em parte pela necessidade da ampliação dos recursos em concessões, objetivando manter empresas e salários no contexto de fechamento da economia. (BACEN, 2021)

Na passagem a seguir extraída do banco central do Brasil, indica-se que o fluxo financeiro e o impulso de crédito resumirão as nuances do mercado de crédito nacional na segunda década do segundo milênio da seguinte forma:

O impulso de crédito demonstrou aderência com a atividade semelhante às concessões na fase de contração do ciclo econômico de 2014 a 2016 e superior durante o período de recuperação, ao menos até fevereiro de 2020. Essa correlação positiva provavelmente reflete canais de causalidade tanto do crédito para a atividade econômica como no sentido oposto. A partir de março ocorreu uma mudança brusca de patamar do impulso de crédito, justamente em momento de contração da atividade econômica, caracterizando uma correlação negativa entre as variáveis. Em um primeiro momento esse fato pode ter sido um reflexo da considerável ação dos agentes econômicos sem restrições relevantes de acesso a crédito, em particular empresas de maior porte, que buscaram fontes de financiamento por motivos precaucionais diante da elevada incerteza trazida pela pandemia. A partir de julho, os programas de crédito emergenciais, política de crédito de caráter fortemente anticíclico, contribuíram para o aumento do impulso do crédito e, conseqüentemente, para o funcionamento do canal de causalidade no sentido do crédito em direção à atividade econômica. Esse movimento desde março de 2020 contrasta com o verificado na crise anterior, quando houve um comportamento pró-cíclico das variáveis de crédito” (BACEN, p.5, 2021)

De modo mais detalhado as cifras do que foi ofertado na forma de crédito para pessoas físicas e jurídicas pelo Sistema Financeiro Nacional, no período de julho de 2000 a novembro de 2020, está disposto no gráfico 3 abaixo.

**Gráfico 3 - Saldo de Crédito Total disponibilizado pelo SFN (2002-2019) em porcentagem do PIB.**



Fonte: BCB, IBGE, SIDRA, Elaboração própria.

### **2.3 Análise da economia em Uberlândia**

O município de Uberlândia, se encontra no estado de Minas Gerais, e pertence à mesorregião do Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba, a terceira mais populosa do estado, e segunda mais dinâmica em termos de produto econômico, uma vez que, seu PIB encontra-se apenas atrás da região metropolitana de Belo Horizonte. Além disso, Uberlândia é polo microrregional, este por sua vez, é composto pelos municípios de Araguari, Araporã, Cascalho Rico, Centralina, Monte Alegre de Minas, Tupaciguara e Prata. É indiscutível o fato de que a dinâmica dos municípios ao em torno de Uberlândia dependem e são influenciadas em maior ou menor grau pela importância econômica e demográfica dessa cidade.

Nesse contexto, a atração econômica sobre as demais cidades da microrregião de Uberlândia e outras do Triângulo Mineiro se dá principalmente sobre o setor de serviços (incluindo comércio), da indústria, ligada a produção de alimentos, produtos agrícolas, metálicos e em última instância na fabricação de móveis. Apesar da indústria da cidade não ostentar de produtos com alto valor agregado, nem intensidade tecnológica na produção, a

importância é significativa para a base de emprego formal da cidade (Informações obtidas através da Relação Anual de Informações Sociais (RAIS), do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE))

É fato que o município de Uberlândia apresenta uma relevância regional muito acentuada graças a sua dinâmica econômica e logística, pensada desde sua constituição, fazendo valer de seu posicionamento geográfico estratégico, desenvolvendo relações comerciais alentadas dentro e fora do estado de Minas Gerais. Desse modo, o papel logístico trazido pela cidade propiciou influências para sua composição socioeconômica, como a relação com os municípios do interior do estado de São Paulo, o próprio município de São Paulo e a capital Brasília. (GUIMARÃES, 2010).

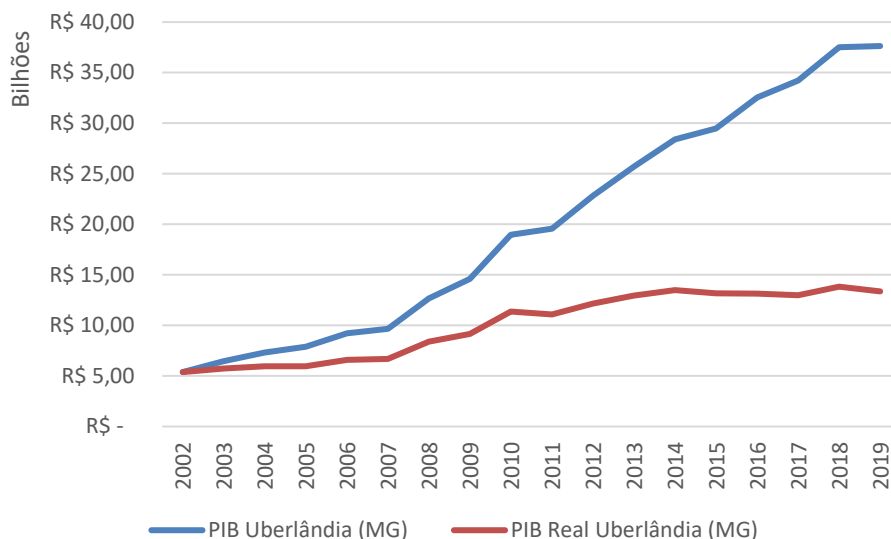
A partir disso, é importante trazermos foco para os dados do PIB do município, uma vez que, é notório um histórico de evolução econômica e social de grau elevado. Uberlândia se encontra entre os 100 maiores municípios em relação ao PIB no Brasil<sup>1</sup>, fato que demonstra a força da cidade na região, aliando grandes receitas municipais e seu pujante setor privado. Observado o gráfico 4 a seguir, traz-se a série histórica anual do PIB da cidade servindo como pano de fundo para notarmos a dimensão dos valores produzidos pelo município.

Verifica-se que o município detém trajetória ascendente do Produto Interno Bruto durante parte relevante do período analisado, demonstrando a relevância e força do município na região. A partir de informações obtidas pela RAIS, efetivamente os anos em que se apresentou retração no produto, pode-se adiantar que foram levados fortemente por uma diminuição na participação de produção do Valor Adicionado Bruto (VAB) na Indústria. É importante observarmos que o alto efeito inflacionário no produto econômico do município foi bastante rigoroso, apesar da dinâmica ascendente do gráfico do Produto Interno Real. Entre os anos de 2015 a 2019, há um arrefecimento do crescimento, terminando o fim da série observada em patamares econômicos de 2014.

---

<sup>1</sup>Informações obtidas pela Relação Anual de Informações Sociais (RAIS) do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE).

**Gráfico 4 - Produto Interno Bruto de Uberlândia a preços de 2002 (2002-2019)**



Fonte: IBGE, Elaboração Própria.

É notório que o avanço no crescimento econômico a partir da década de 2010 foi bastante sutil, quase nulo, devido aos altos índices inflacionários vividos no nosso país, crises políticas bem como alta no nível de dívida nacional, chamando a atenção que a partir do gráfico supracitado, esses fatores influenciaram negativamente o resultado econômico de Uberlândia. Esse quadro é realidade de tantos outros municípios brasileiros, levando-nos a argumentação que através do baixo índice de crescimento econômico, podemos considerar, assim como alguns economistas outrora já diziam como mais uma década perdida pelo nosso país.

## CAPÍTULO 3 - ESTRATÉGIAS BANCÁRIAS E DINÂMICA DA OFERTA DE CRÉDITO NO MUNICÍPIO DE UBERLÂNDIA-MG

Neste capítulo, subdividido em três seções, expor-se-á primeiramente, a metodologia para a construção da base de dados. Em um segundo momento, os indicadores utilizados serão explicados, e por fim serão analisados os resultados.

### 3.1 Fonte de dados

Os dados utilizados nesta etapa do trabalho foram extraídos da base de dados do Banco Central do Brasil (BACEN), na parte do sítio correspondente às estatísticas do sistema financeiro nacional. Nesta seção utilizamos as Estatísticas Bancárias Mensais por Municípios (ESTBAN).

Os dados encontrados nas estatísticas do ESTBAN são construídos a partir de informações provenientes das instituições financeiras participantes do Sistema Financeiro Nacional (SFN), e os municípios informados são identificados pela mesma nomenclatura dada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Os dados dispostos são feitos através de nomenclaturas conhecidas como verbetes. E nesta pesquisa em questão, alguns serão selecionados devido ao recorde e nível de interesse, no entanto o quadro geral contempla os seguintes dados.

**Tabela 1 - Estatísticas Bancárias Mensais por Município. Conceitos Utilizados.**

<b>DATA_BASE</b>	<b>Base a que se referem as informações</b>
<b>UF</b>	Unidade federativa a qual o município pertence
<b>CODMUN</b>	Codificação interna deste Banco Central do Brasil para cada município
<b>CODMUN_IBGE</b>	Codificação do IBGE para cada município
<b>MUNICIPIO</b>	Nome do município
<b>CNPJ</b>	CNPJ da Instituição Financeira
<b>NOME_INSTITUICAO</b>	Nome da Instituição Financeira
<b>AGENCIA</b>	É o CNPJ da referida agência
<b>AGEN_ESPERADAS</b>	Somente no arquivo por município, é a quantidade de agências esperadas da IF
<b>AGEN_PROCESSADAS</b>	Somente no arquivo por município, é a quantidade de agências processadas da IF
<b>VERBETES (110 a 907)</b>	Indicam cada um dos itens da Estatística Bancária Mensal e representam a aglutinação de saldos do balancete da data-base correspondente

Fonte: BACEN. Elaboração Própria.

Dos verbetes citados acima, esta pesquisa se deterá a analisar aqueles que sejam pertinentes à dinâmica de crédito e estratégias bancárias dentro do município de Uberlândia. Para isso, se utilizará apenas os que, de alguma forma, ajudem a explicar tais dinâmicas. Assim, foram selecionadas alguns lançamentos dos ativos e alguns dos passivos das instituições bancárias, que são os seguintes verbetes: 110, 111, 130, 140, 160, 161, 162, 163, 401, 420, 430 e 432, que se referem a: encaixes, fluxo de caixa, operações entre bancos, operações de crédito, empréstimos e títulos descontados, financiamentos, financiamentos ao público rural, operações de serviços públicos e atividades empresariais, depósitos de poupança, depósitos interfinanceiros e depósitos a prazo, respectivamente.

Por meio desses dados e de outros valores de interesse municipais e estaduais como o produto interno bruto e a população de ambos, foi possível avançar para a análise de indicadores sociais e financeiros que auxiliarão na corroboração da hipótese deste estudo.

### **3.2 Indicadores Analisados**

Com o intuito de analisar dinâmica de crédito bancário e investigar algumas estratégias bancárias no município de Uberlândia no período de 2002 a 2019 foram construídos cinco indicadores, que abarcam desde a questão do número de agências por habitantes até o volume de crédito ofertado no município e no estado de Minas Gerais. O período selecionado se justifica pela evolução da oferta de crédito no Brasil. O intuito é analisar um período de crescimento desta variável.

O **primeiro indicador** analisado se refere à preferência pela liquidez bancária (PLB) que, como o nome sugere, trata da preferência que os bancos têm de manter a sua disposição uma maior quantidade de recursos líquidos vis-à-vis a manutenção de recursos mais ilíquidos. Conforme discutimos no capítulo 1, o comportamento dos bancos em relação à preferência pela liquidez também é sensível à dinâmica centro-periferia. Se bancos de regiões periféricas têm maiores preferências pela liquidez – contrapondo com bancos de regiões centrais – a diferença na capacidade de crescimento do crédito é exacerbada. Assim, a ideia com a análise deste indicador no município de Uberlândia é comparar com o comportamento deste indicador do estado de Minas Gerais, para assim,



entendermos de maneira exploratória/inicial as diferenças regionais na preferência pela liquidez dos bancos.

Ademais, segundo Thomazi & Paula (2020) há uma relação direta entre a dimensão do produto interno bruto dos municípios e o volume de crédito que os bancos estão dispostos a conceder aos agentes destes municípios, de modo que a preferência pela liquidez dos bancos seja menor naqueles municípios de dinâmica econômica maior.

O indicador é composto pela razão entre os depósitos totais a vista (DV) e dos créditos totais concedidos (OC), de modo que quanto maior a resultante (PLB), menor a disposição dos bancos a emprestar naquela região. (NOGUEIRA; CROCCO; FIGUEIREDO, 2009).

Matematicamente a expressão é a seguinte:

$$PLB = \frac{DV}{OC} \quad (1)$$

O **segundo indicador** analisado é o Indicador da Desigualdade na Distribuição do Crédito, também chamado de Indicador Regional de Crédito (IRC), que tem por objetivo comparar a participação de uma região no total de crédito concedido no país/estado com sua participação no produto interno bruto estadual/nacional. Um IRC maior que a unidade representa uma distribuição do crédito regionalizada maior que a distribuição do crédito a nível nacional/estadual, se menor que um, exprime exatamente a relação inversa, e caso apresente um valor igual a unidade a dinâmica do crédito regional é semelhante à estadual ou nacional. (CROCCO, 2010)

O indicador permite chegar ao conceito de gap regional de crédito, que significa o nível de crédito necessário “para igualar a participação da localidade no total de crédito concedido no país à sua participação no PIB nacional” (CROCCO; et-al, p.291, 2011).

O cálculo deste indicador se dá por uma relação entre a razão do crédito regional sobre o estadual/nacional, dividido ainda pelo produto interno bruto da região pelo produto estadual/nacional. Expresso da seguinte maneira:

$$IRC_i = (CRED_i/CRED_{br}) / (PIB_i/PIB_{br}) = 1$$

Mais especificamente, o resultado deste índice mostra que um valor inferior a unidade indica que a região analisada recebe menos crédito que sua participação relativa

no produto interno bruto do país, quando maior que a unidade, que a região recebe níveis de crédito superiores à sua participação do produto interno bruto nacional.

O **terceiro indicador** se refere a relação de habitantes por número de agências bancárias:

$$\text{Acesso bancário} = (\text{população/agências})$$

Este indicador pode ser uma Proxy do indicativo de que quanto menor a razão população por agência, maior o acesso da população ao atendimento bancário e, conseqüentemente, maior pode ser a oferta do crédito distribuído na região.

O **quarto indicador** analisado se dá a partir do quociente entre a oferta de crédito total dos bancos e a quantidade de agências, que tem por objetivo discutir a concentração de crédito por agência bancária. Incorre-se, nesse caso, que quanto maior for o valor monetário registrado na equação:

$$\text{Concentração de crédito por agência bancária} = (\text{oferta de crédito} / \text{agências})$$

Mais concentrada é a oferta de crédito por unidade de agência bancária.

Por fim, o **quinto indicador** se refere as operações de aplicação em títulos e valores mobiliários em relação ao ativo total dos bancos, que é construída através da razão entre as duas rubricas. Tal relação exprime o volume de transações em aplicações de títulos que o banco realiza em relação ao seu patrimônio, de modo que, quanto maior o valor deste índice, maior a preferência pela liquidez e conseqüentemente menor tende a ser o volume de crédito disponível neste mercado. Este indicador, em suma, nos serve para observar a sensibilidade da preferência pela liquidez dos bancos aos distintos momentos do ciclo de crédito. Se comparado junto à preferência pela liquidez bancária (PLB), e ambos indicarem uma maior predisposição ao empréstimo por parte dos bancos, certamente a dinâmica regional estará mais aquecida, uma vez que o montante de crédito “na praça” é maior.

O indicador em questão, se dispõe, matematicamente da seguinte forma:

$$\text{Operações de crédito por agência} = \left( \frac{\text{títulos e valores mobiliários}}{\text{total de ativos do banco}} \right)$$

O uso destes indicadores permitirá analisar a dinâmica de crédito e estratégias bancárias no município de Uberlândia, seus fluxos e estruturação, com o intuito de

examinar se há um padrão de desenvolvimento econômico associado à dinâmica bancária do município analisado.

### **3.3 Resultados**

Como explicitado anteriormente existe uma relação direta entre a dimensão do PIB dos municípios e o volume de crédito concedido pelos bancos aos agentes demandantes da região, de modo que a preferência pela liquidez dos bancos seja menor naqueles municípios de dinâmica econômica maior.

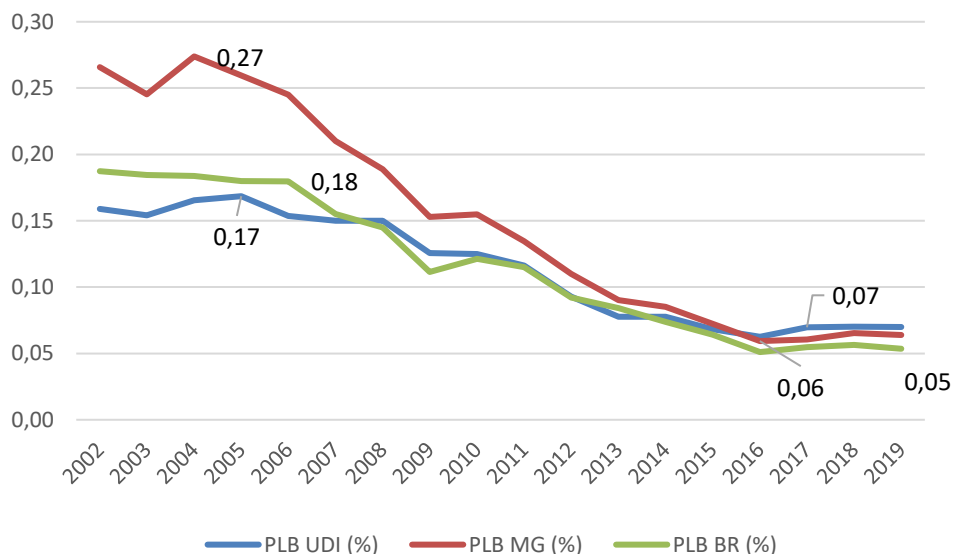
E neste caso, sendo o valor do índice de preferência pela liquidez bancária mais próximo ao valor de zero, maior tende a ser a dinâmica de crédito na região.

Sendo o indicador a composição dos depósitos a vista sobre o volume de crédito concedido, observa-se que, há uma certa vantagem ao município de Uberlândia frente ao estado de Minas Gerais e restante do Brasil, uma vez que por este indicador, a preferência pela liquidez dos bancos, assume um valor pouco menor que os indicadores nacional e estadual, com exceção para o período mais recente que datamos de 2016 até 2019.

Claro, que o cenário econômico foi bastante modificado de 2015 até os dias de hoje, e na prática o país não saiu do quadro de recessão que se inicia nesta data, o que pode explicar grande parte na mudança da dinâmica de crédito dentro do município.

Quando se observa o período de 2002 a 2014, observa-se um em função da preferência pela liquidez bancária na cidade de Uberlândia que era bastante inferior que a PLB do estado de Minas Gerais e bastante próxima e por vezes inferiores àquela representada pela média brasileira, indicando, mais claramente que o cenário de crise que se instala pós 2015 foi um fator altamente explicativo para a mudança da dinâmica de crédito no município.

**Gráfico 5 - Preferência pela Liquidez Bancária em Uberlândia, Minas Gerais e Brasil (2002-2019)**



Fonte: BACEN. Elaboração Própria.

O gráfico 5 mostra o comportamento da preferência pela liquidez no período compreendido pela análise desta pesquisa, com rótulos de dados destacados nos pontos onde a preferência pela liquidez foi mais acentuada e no ponto onde foi mais baixa, destacando, para tanto, o ano de 2004 para o estado de Minas Gerais como ponto em que a preferência pela liquidez dos bancos foi o mais alto indicando um fator de depósitos a vista para crédito concedido de 0,27, e o ano de 2017 como o período com menor preferência pela liquidez dos bancos em relação ao estado.

Para o caso brasileiro, a preferência pela liquidez assume seu maior patamar no ano de 2007, e segue uma tendência de acentuada queda até o ano de 2016, apresentando após isso estabilidade. A estabilidade após este período é praticamente unânime entre os três indicadores, e isso se dá, pelo quadro de crise que se inaugura pós 2015 e que persiste até o ano limite da pesquisa (2019), e este patamar baixo de preferência pela liquidez pode ser explicado, pelas tentativas governamentais de manter as linhas de crédito abertas para fomentar a retomada econômica, recuperação que acabou não ocorrendo até o ano de 2019.

Na cidade de Uberlândia, por mais que se observe um patamar mais elevado da preferência pela liquidez das instituições bancárias de 2016 em diante, o quadro geral é de

praticamente um empate técnico entre os indicadores estadual e nacional, uma vez que a diferença de 0,1 décimo para cada um não signifique, necessariamente uma tendência ou algo do tipo, ainda mais se mantendo assim de 2016 até 2019, neste sentido, é possível observar que a preferência pela liquidez bancária na cidade de Uberlândia segue a tendência dos indicadores a nível estadual e nacional. Esse cenário indica que a nível municipal também se tentou manter as linhas de crédito abertas ao público demandante no período de crise nacional.

Na prática isso indica que se uma região está aquém do volume de crédito médio nacional será prejudicada por não poder dar a seus requerentes a oferta de crédito necessária para o fomento das atividades produtivas da região, o que, certamente, redundará em quadros de debilidades produtivas e menor crescimento do produto interno da região. Se a região possui oferta de crédito maior que os níveis nacionais, certamente ela apresentará valores de crescimento econômico superiores àqueles de regiões que possuem valores de índice iguais a unidade ou inferiores a unidade.

Partindo para o segundo índice, que trata da desigualdade regional do crédito, teremos uma comparação relativa entre os indicadores do município de Uberlândia e do estado de Minas Gerais<sup>2</sup>. Nos resultados encontrados para este índice nos anos de 2002 a 2019, o que se observa é que o indicador da desigualdade na distribuição do crédito foi bastante favorável ao município de Uberlândia até o ano de 2015, com tendência decrescente iniciando pós 2013. Destaca-se também um quadro de queda nos fluxos de crédito bastante acentuado no ano de 2008, que se explica pela crise econômica global ocorrida justamente no setor bancário com impactos em todos os ramos da economia dos países. De 2017 até o ano limite da análise (2019) o município recupera parte do volume de crédito que havia perdido em anos anteriores, mostrando um certo vigor econômico frente ao comparativo com o estado de Minas Gerais, que no mesmo período se afasta da dinâmica da média nacional.

O IRC maior que a unidade representa uma distribuição do crédito regionalizada maior que a distribuição do crédito a nível nacional. Isso, na prática diz que a cidade de

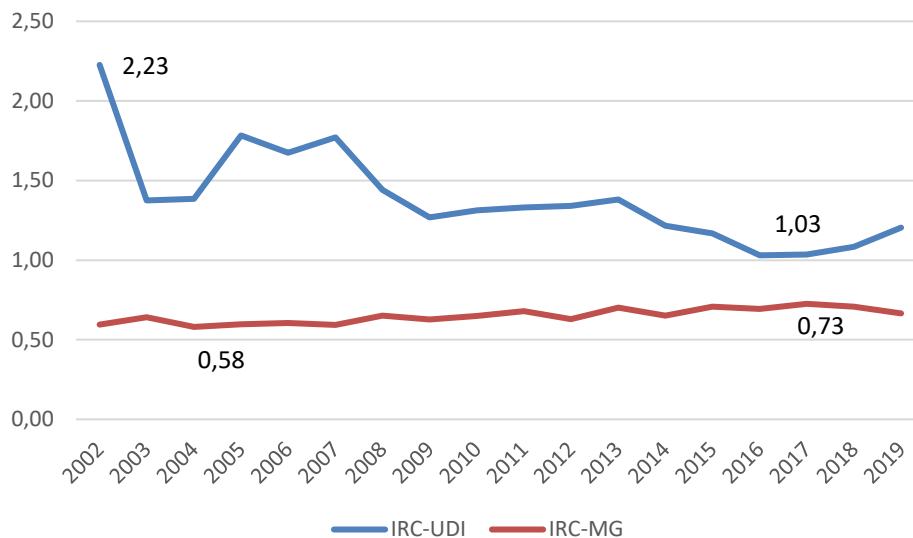
---

<sup>2</sup>Neste indicador, a linha correspondente ao Brasil não existirá, isso porque, como a teoria do índice sugere, as comparações já são para com o Brasil, de modo que não justifique um nível de agregação que retornaria uma linha reta comparando o Brasil consigo mesmo.

Uberlândia movimenta um volume de crédito superior ao produto que gera nacionalmente, indicador de forte dinâmica econômica regional e consequentemente de um elevado número de investimentos no interior do município.

De modo oposto, o indicador sempre menor que a unidade para o estado de Minas Gerais é indicativo de uma baixa dinâmica de crédito frente ao volume gerado de produto interno bruto. Tal indicação é problemática por representar uma restrição ao desenvolvimento estadual que por não ter acesso ao crédito de maneira devida pode apresentar dificuldades em dinamizar sua economia e estimular o crescimento econômico.

**Gráfico 6 - Indicador da Desigualdade na Distribuição do Crédito em Uberlândia e Minas Gerais (2002-2019)**



Fonte: BACEN. Elaboração Própria.

O volume elevado da disposição do crédito no município de Uberlândia, tal como exposto no gráfico 6, encontra respaldo quando se observa o número de agências por habitante na cidade, uma vez que, este indicador, quando assume valores crescentes ano após ano indica a ampliação da competição bancária e consequente aumento do volume de crédito ofertado por habitante.

Neste sentido, a tabela 2 expõe a quantidade de agências instaladas na cidade de Uberlândia, no estado de Minas Gerais e aquelas instaladas em todo o território nacional,

para posteriormente tabular quantas agências existem para cada habitante nos três níveis de análise no período compreendido pela pesquisa.

**Tabela 2 - Número de agências bancárias no período de 2002 a 2019**

	<b>Número de agências em Uberlândia</b>	<b>Número de agências em Minas Gerais</b>	<b>Número de agências no Brasil</b>
<b>2002</b>	52	1.848	16.991
<b>2003</b>	54	1.806	16.788
<b>2004</b>	50	1.828	17.223
<b>2005</b>	53	1.827	17.584
<b>2006</b>	53	1.858	18.036
<b>2007</b>	53	1.861	18.033
<b>2008</b>	58	1.899	18.549
<b>2009</b>	61	1.931	19.116
<b>2010</b>	62	1.940	20.055
<b>2011</b>	63	1.962	19.791
<b>2012</b>	67	2.128	21.250
<b>2013</b>	75	2.221	22.263
<b>2014</b>	75	2.247	22.928
<b>2015</b>	76	2.273	23.107
<b>2016</b>	76	2.229	22.775
<b>2017</b>	75	2.142	22.088
<b>2018</b>	71	1.998	20.985
<b>2019</b>	70	1.980	20.793

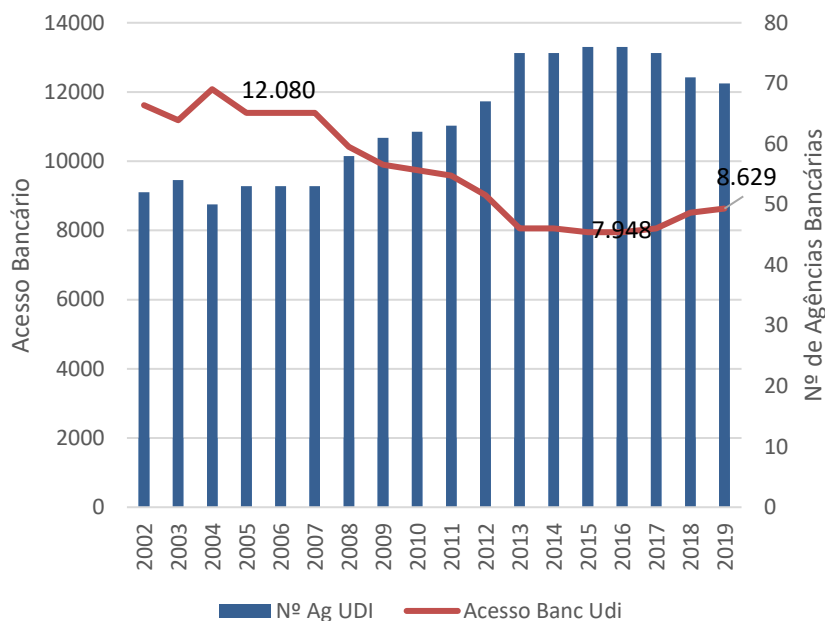
Fonte: BACEN. Elaboração Própria.

O cálculo do indicador de acesso bancário, como exposto anteriormente, depende, além do contingente populacional e do número de agências bancárias, sendo que, quanto menor o valor que este índice assume, menor a presença de habitantes por agências<sup>3</sup>, e conseqüentemente maior tende a ser o acesso ao crédito ofertado dentro desta região, pois o crédito ofertado precisaria ser repartido por menos habitantes. Os resultados para o caso de Uberlândia, Minas Gerais e Brasil nos mostram que, no caso da cidade de Uberlândia, do ano de 2004 ao ano de 2015, o número de agências por habitantes cresceu de modo significativo, tendo em 2004 pouco mais de 12 mil habitantes por agência, e em 2015, quando atingiu seu valor mínimo 7948 habitantes por agência, tendo o cenário de crise

<sup>3</sup> Os dados usados em relação à população foram extraídos do Censo Demográfico de 2010, no site do IBGE.

nacional que se instala pós 2015 revertido este quadro, aumentando o número de habitantes por agência crescentemente até o ano de 2019, que se encerra com um quadro de 8629 habitantes por agência, no município de Uberlândia, valores que podem ser atestados no gráfico abaixo.

**Gráfico 7 - Acesso Bancário em Uberlândia (2002-2019)**



Fonte: BACEN. Elaboração Própria.

Para o estado de Minas Gerais, embora a tendência seja semelhante à observada no município de Uberlândia, o que se observa é uma situação um pouco mais complexa, em que o número de habitantes por agências permanece mais elevado, o que sem dúvidas é um reflexo da desigualdade existente dentro do próprio estado entre suas diferentes regiões.

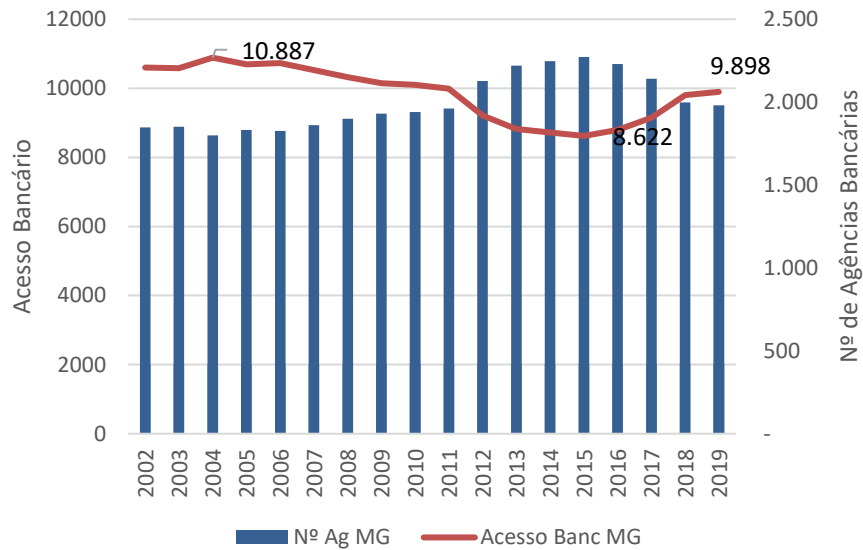
Do ano de 2004 até o ano de 2015 o número de agências cresce de modo ininterrupto no estado, saindo de 1800 para um total de 2273, da mesma forma, o acesso bancário aumenta, e passa a existir para cada agência 8622 habitantes em 2015, ao passo que em 2003 este número foi de aproximadamente 11 mil.

A crise econômica, e a consequente recessão, tem suas consequências sobre o acesso bancário e o número de agências no estado, de modo que de 2016 até o ano de 2019



o número de agências fechadas cresce continuamente voltando a casa das 1980 instituições em funcionamento.

**Gráfico 8 - Acesso Bancário em Minas Gerais (2002-2019)**

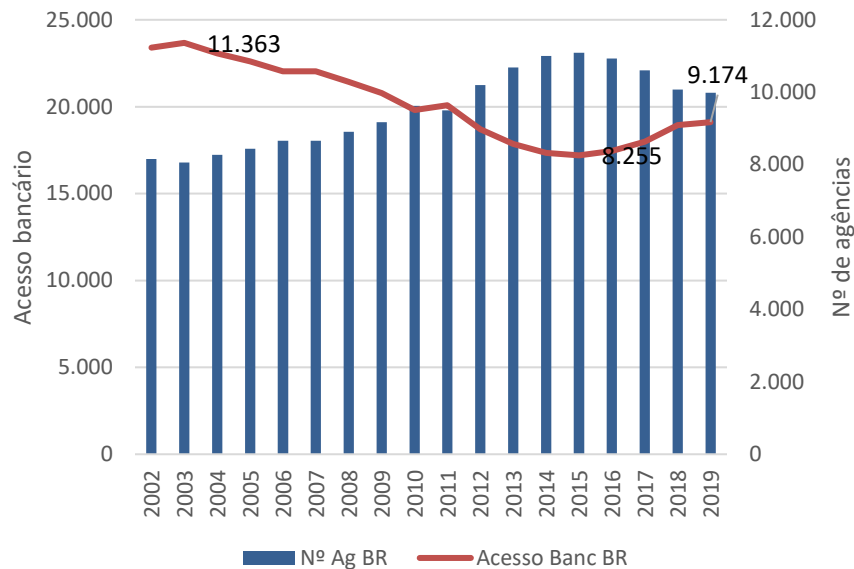


Fonte: BACEN. Elaboração Própria.

Ainda seguindo o mesmo movimento que ocorreu no município e no estado, o número de agências aumenta de modo contínuo de 2004 a 2015, e perde dinamismo de 2016 até 2019.

O que se pode observar de diferente, e com isso traçar paralelos, é que no caso de país e estado, o número inicial de agências não é tão baixo quanto na cidade de Uberlândia, da mesma forma que o número máximo de agências abertas, não é tão elevado para o país e estado quando comparado a cidade. Fatores que encontram explicação, primeiro pelo nível de desagregação, pelo estado e o país contarem com diversas regiões de dinamismos econômicos distintos e crescimento populacional muito mais restrito que o de uma única cidade, que no caso de Uberlândia se destaca nos dois quesitos, por apresentar forte crescimento econômico do início do século até os anos de crise e um contingente populacional que cresce a médias muito superiores às do país e do estado, justamente pelo fato do grande dinamismo econômico ser atrator de muitos migrantes em idade economicamente ativa.

**Gráfico 9 - Acesso Bancário no Brasil (2002-2019)**



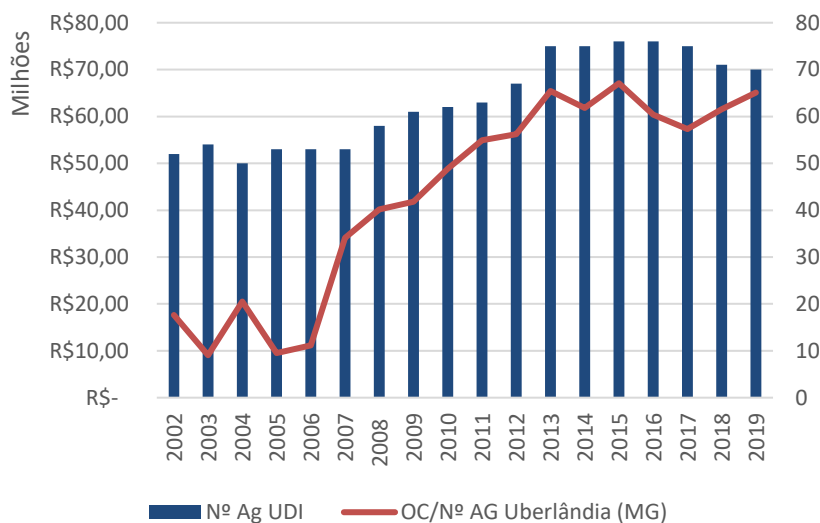
Fonte: BACEN. Elaboração Própria.

No que diz respeito ao indicador de concentração de crédito por agência bancária, como já supracitado, este se dá pelo quociente entre a oferta de crédito total pelos bancos e a quantidade de agência bancárias em funcionamento, haja visto que, quanto maior o valor financeiro ofertado de crédito por agência bancária, mais concentrado é a localidade.

Nesse contexto, é perceptível a partir do gráfico 11 que a concentração de crédito ofertado por agências bancárias no município de Uberlândia aumenta consideravelmente. Isso se explica pelo fato de que o aumento na quantidade de agências bancárias no município durante os anos de 2002-2019 foi aquém do valor total ofertado de crédito. Esse resultado nos indica que além da quantidade de habitantes por agência bancária estar diminuindo, como visto no gráfico 8, as agências bancárias do município estão conseguindo aumentar a quantidade de crédito ofertado sem a necessidade de abrir novas agências bancárias<sup>4</sup>.

<sup>4</sup> Esse movimento também pode ser explicado pelo processo de digitalização bancária que acaba contribuindo para transformação da dinâmica de concessão de crédito no Brasil. No entanto, este trabalho não objetivou abarcar essa questão que envolve uma análise mais ampla.

**Gráfico 10 - Concentração de crédito por agência bancária do município de Uberlândia a preços de 2002.**

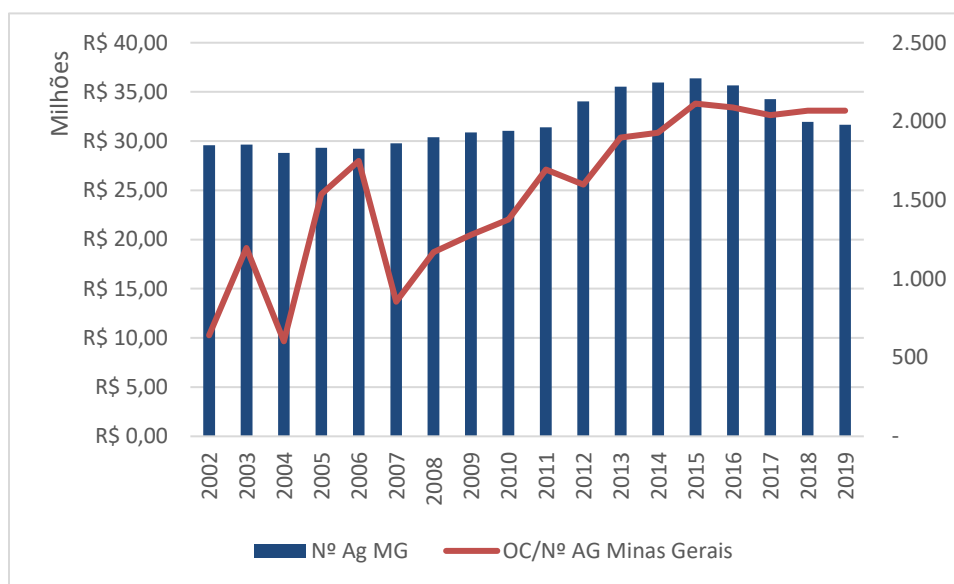


Fonte: BACEN. Elaboração Própria. \* Nota: Valores financeiros da oferta de crédito foram deflacionados a preços de 2002, através da variação do índice de preços ao consumidor amplo (IPCA), entre os anos de 2002-2019.

É exposto no gráfico 10, uma comparação entre o município de Uberlândia e o estado de Minas Gerais, que este, por sua vez, apresenta uma concentração de crédito por agência menor que o do município do Triângulo Mineiro. Isso pode ser explicado pelo fato de que houve um aumento no número de agências bancárias maior na comparação relativa com o município de Uberlândia durante o período analisado.

Observa-se que a variação na concentração de crédito também é mais volátil no estado de Minas, sendo que entre os anos de 2005-2007 as curvas apresentam comportamento inverso. Nesse contexto, esse fenômeno se explica pelo fato de que o número de agências bancárias em Uberlândia não se altera, enquanto que no estado de Minas Gerais há um aumento substancial na quantidade de agências bancárias, como pode ser observado através da Tabela 2. A relação desse fato com o comportamento analisado nas curvas expostas nos gráficos 10 e 11 é altamente significativa. Muito embora, é necessário reafirmar o movimento de alta na concentração bancária em ambos os casos, principalmente no que diz respeito aos anos pós crise financeira de 2008.

**Gráfico 11 - Concentração de crédito por agência bancária do estado de Minas Gerais a preços de 2002.**



Fonte: BACEN. Elaboração Própria.

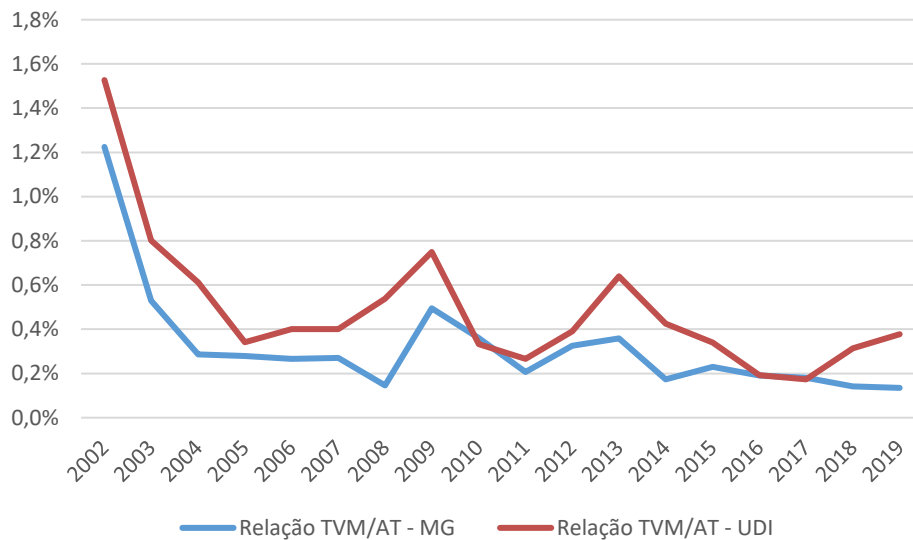
A relação entre títulos e valores mobiliários e ativo total dos bancos (TVM/AT), o quinto indicador, é uma forma alternativa de medir a preferência pela liquidez dos bancos. Essa razão mede a quantidade financeira de aplicação em títulos do mercado financeiro dado seu nível de ativo total. É fato que, o comportamento das duas curvas do indicador, no âmbito municipal e estadual, é bastante semelhante, com exceção de alguns anos pontuais.

O gráfico 12 mostra que o indicador de TVM/AT é decrescente em ambas as localidades a partir do ano de 2002 a 2006, o que evidencia que os bancos podem estar aumentando o volume de seus ativos destinados à produção e ao consumo em detrimento de investimentos no setor financeiro. Ademais, é notável o salto que os indicadores apresentam a partir do ano de 2008. O comportamento da curva municipal e estadual é progressivo, devido a um maior investimento em títulos financeiros haja visto que, devido à grande crise financeira de 2008 os bancos recuaram a oferta de crédito à luz da incerteza quanto aos desdobramentos econômicos mundiais.

Entre os anos de 2009 a 2011, nota-se um comportamento bancário de menor preferência pela liquidez atribuído a um reflexo das políticas anticíclicas do governo

federal, fato que expandiu o crédito em tentativa de retomada da economia frente as adversidades impostas pela crise financeira de 2008. Já a partir dos anos de 2011 a 2013, novamente percebemos uma posição mais cautelosa em relação à oferta de crédito por parte dos bancos, mudando de paradigma a partir do ano de 2013, nos dois âmbitos.

**Gráfico 12 - Relação entre títulos e valores mobiliários e ativo total das agências bancárias no município de Uberlândia e no estado de Minas Gerais.**



Fonte: BACEN. Elaboração Própria.

É muito válido entendermos que o gráfico 12 e o gráfico 5 possuem consonância em seus comportamentos, já que o indicador TVM/AT pode ser usado como um indicativo de sensibilidade da preferência pela liquidez dos bancos. Dito isso, durante os anos observados é notória uma menor preferência pela liquidez como padrão municipal e estadual, mas que principalmente os bancos presentes na cidade de Uberlândia possuem maior cautela na oferta de crédito, uma vez que, a aplicação em títulos financeiros é maior que quando comparado aos bancos no âmbito estadual.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Na abordagem de Keynes e dos Pós-Keynesianos a moeda aparece como um fator determinante da dinâmica econômica. Por ser endógena ao funcionamento de uma economia, quando entra no sistema econômico pelas linhas de crédito e encontra seus demandantes, este crédito passará a influenciar os níveis de investimento de uma economia ao invés de somente ser uma baliza aos preços, tornando este ativo um integrante não neutro do processo econômico (CAVALCANTE, 2004 et al). O resgate dessa dinâmica é importante para concluirmos sobre a importância da compreensão da dinâmica do crédito para o desenvolvimento econômico.

Trazendo a relação sistema bancário-crédito-desenvolvimento econômico para o âmbito regional, vimos que os bancos procuram sempre conhecer seus clientes para reduzir a incerteza inerente a um processo de empréstimo a longo prazo, e sendo assim, quanto maior o acesso dos indivíduos ao sistema bancário, a tendência é a de haver maior acessibilidade ao crédito, favorecendo assim a dinâmica econômica regional. (DOW, 1992)

A proposição de Dow (1992) encontra respaldo quando se observa os resultados da cidade de Uberlândia em contraponto aos resultados do estado de Minas Gerais e do Brasil, uma vez que, ao verificar o número de habitantes por agência bancária, o resultado converge a um maior acesso bancário aos habitantes da cidade em detrimento aos outros dois níveis historicamente recentes. Esse resultado se mostra condizente com o fato de que Uberlândia é um município com desenvolvimento econômico bem diferente de outros municípios de Minas, que é um estado muito desigual.

O menor acesso ao sistema bancário redundava em um maior nível de desigualdade no fornecimento de crédito, tendendo a favorecer positivamente a cidade de Uberlândia, que apresentou neste indicador valores acima do índice de igualdade comparado com o restante do Brasil em todos os anos compreendidos pela pesquisa.

Tal indicador não é explicado única e exclusivamente pelo acesso ao sistema bancário, deve-se também levar em consideração o dinamismo econômico e populacional da cidade dentre outros fatores, que não tem paralelo com os indicadores do estado e do país, justamente pelo nível de agregação dos outros dois, uma vez que no estado e no

restante do Brasil o número de cidades de porte médio, como é o caso de Uberlândia, é menor.

Ainda assim, o indicador da desigualdade na distribuição de crédito sendo tão favorável ao município de Uberlândia ajuda a compreender e a testar o forte dinamismo deste recurso financeiro dentro do município, que mesmo frente a um quadro de crise nacional, manteve seu sistema de crédito operante, com alteração praticamente nula da preferência pela liquidez do sistema bancário regional frente aos anos pré-crise vivida pós 2014.

Mostrando que o comportamento do município de Uberlândia é superior ao da média do estado e do restante do Brasil, uma vez que, além de manter os canais de crédito abertos durante o período de crise, o volume de recursos creditícios que correm pela cidade são superiores ao volume do produto interno bruto gerado estadualmente pelo índice desigual do crédito, indicando que o volume de recursos da cidade superam em demasia os que seriam necessários para outras cidades do estado, indicando forte dinamismo econômico e creditício na cidade de Uberlândia.

Portanto, a grande conclusão que se tem através da pesquisa é que, se faz necessário um maior desdobramento dos dados à luz da dinâmica de oferta de crédito pelas agências bancárias através da pesquisa de todos os municípios do estado de Minas Gerais. Dessa forma, poderíamos entender mais claramente o motivo da desigualdade entre os indicadores de crédito das cidades do estado, e abrindo terreno para uma maior discussão entre outras variáveis e indicadores tanto no âmbito do crédito quanto variáveis sociais com significância no assunto.

Ademais, abre-se agenda de pesquisa também no que tange à extensão da análise para o período mais recente, pós-pandemia, pois a recessão brasileira potencializada com a pandemia de COVID-19 nos mostra, ainda, a importância do estímulo à oferta de crédito nos momentos de crise, sobretudo por meio da oferta de crédito via bancos públicos, que é capaz de estimular a ampliação de crédito dos bancos privados nesses momentos.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALÉM, A. C.; MADEIRA, R.; MARTINI, R. Sistemas nacionais de fomento: experiências comparadas. In: Prêmio ABDE-BID: Coletânea de Trabalhos. Rio de Janeiro: ABDE Editorial, 2015.

AMADO, A. (2000). Limites monetários ao crescimento: Keynes e a não-neutralidade da moeda. In: Ensaios FEE, Porto Alegre, v. 21, n. 1, p. 44-81.

ARAÚJO, V. L. Preferência pela liquidez dos bancos públicos no ciclo de expansão do crédito no Brasil: 2003-2010. Brasília: Ipea, jan. 2012. (Texto para Discussão, n. 1717)

BANCO CENTRAL DO BRASIL. Estudos especiais do banco central: fluxo financeiro e impulso de crédito. Estudo especial 110/2021. Disponível em: [https://www.bcb.gov.br/conteudo/relatorioinflacao/EstudosEspeciais/EE110\\_fluxo\\_financieiro\\_e\\_impulso\\_credito.pdf](https://www.bcb.gov.br/conteudo/relatorioinflacao/EstudosEspeciais/EE110_fluxo_financieiro_e_impulso_credito.pdf). Acesso em 06, dez.2021.

BAUMOL, W. J.; PANZAR, J. C.; WILLIG, R. D. Contestable Markets and The Theory of Industry Structure. New York: Harcourt Brace Jovanovich, Inc., 1982

BONOMO, M.; BRITO, R.; MARTINS, B. Macroeconomic and financial consequences of the aftercrisis government-driven credit expansion in Brazil. Brasília: Banco Central do Brasil, Dec. 2014. (Working Paper Series, n. 378).

CARVALHO, C. E.; TEPASSÊ, A. C. Banco público como banco comercial e múltiplo: elementos para a análise do caso brasileiro. In: JAYME JR., F.; CROCCO, M. Bancos públicos e desenvolvimento. Rio de Janeiro: Ipea, 2010.

CARVALHO, F. C. Bancos Centrais. In: KING, J.E. (Ed.) The Elgar Companion to Post Keynesian Economics, 2003. p.57-60.

CARVALHO, F. C. Na preferência de liquidez dos bancos. In: DAVIDSON, P.; KREGEL, Jan (Eds.). Pleno emprego e estabilidade de preços em uma economia global. Edward Elgar, 1999. Dia 20.



CARVALHO, F. C. O senhor deputado Keynes e os Post Keynesianos: princípios da macroeconomia para uma economia de produção monetária. Edward Elgar, 1992. 246p.

CARVALHO, L. Valsa brasileira: Do boom ao caos econômico. Todavia. 1ed, São Paulo. 2018.

CAVALCANTE, A; CROCCO, M; e JAYME JUNIOR, F. D. Preferência pela liquidez, sistema bancário e disponibilidade de crédito regional. Belo Horizonte: UFMG/Cedeplar, 2004.

CORRÊA, V.P. & ALMEIDA FILHO, N. (2002) Engrenagem macroeconômica: Inserção Subordinada e Custos de Reversão da Economia Brasileira. in Economia-Ensaios, Uberlândia, 16(2) /17(1): 103-135, jul. e dez. disponível em <http://www.seer.ufu.br/index.php/revistaeconomiaensaios/issue/view/195> acesso em 03, dez.2021.

COUTINHO, L. Prefácio. In: FERREIRA, F.; MEIRELLES, B. (Orgs.). Ensaios sobre economia financeira. Rio de Janeiro: BNDES, 2009.

CROCCO, M. A. Moeda e desenvolvimento regional e urbano: uma leitura Keynesiana e sua aplicação ao caso brasileiro. 2010. Tese (Professor Titular) – Faculdade de Ciências Econômicas, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte.

CROCCO, M. A.; NOGUEIRA, M.; ANDRADE, C. M. C. de; DINIZ, G. F. C. O Estudo do gap regional de crédito e seus determinantes, sob uma ótica pós-keynesiana.

DAVIDSON, P. "Finanças, financiamento e investimento". Jornal de economia pós keynesiano. 1986.

DAVIDSON, P. A teoria da probabilidade é relevante para a incerteza? Uma perspectiva pós keynesiana, Journal of Economic Perspectives, Nashville, v.5, n.1, p.129-43, Winter. 1991.

DEQUECH, D. Expectativas e confiança sob incerteza. Journal of Post Keynesian Economics, Armonk, NY, v.21, n.3, p.415-30, Spring. 1999.

Distribuição de agências bancárias e concentração financeira nas praças de maior dinamismo econômico – um estudo dos anos 1980 e 1990. In: CROCCO, M. e JAYME JR., F. G. (Orgs.). Moeda e território: uma interpretação dinâmica regional brasileira. Belo Horizonte-MG: Autêntica, 2006. p.169-209.

DOW, S. C.; RODRIGUEZ-FUENTES, C. J. Regional finance: a survey. *Regional Studies*, v. 31, n. 9, p. 903-20, 1997ge: Edward Elgar,1993.

DOW, S. C; The regional composition of the Money multiplier process. *Scottish Journal of Political Economy*, Essex, n.29, n.1, p.22-44, Feb.1982.

DOW, S. C; The regional financial sector: a Scottish case study. *Regional Studies*, Oxfordshire, v.26, n.7, p.619-31, 1992. DOW, Sheila. Dinheiro e o processo econômico. Cambrid.

DOW, S. C; The treatmentofmoney in the regional economy. *Regional Science Magazine*, Amherst, MA, v.27, n.1, p.13-24, fev.1987. *Economia*, v. 12. n. 2, p. 281-307, maio/ago. 2011.

FIGUEIREDO, A. T. L. (2009). Uma abordagem pós-keynesiana para a teoria da localização: análise da moeda como fator determinante na escolha locacional das empresas. Tese (Doutorado em Economia) – Faculdade de Ciências Econômicas – UFMG, Belo Horizonte.116f).

FREITAS, M. C. P. Abertura do sistema bancário brasileiro ao capital estrangeiro. In: (Coord.). Abertura externa e sistema financeiro. São Paulo: FUNDAP, maio 1998. (Relatório Final – Convênio IPEA/FUNDAP).

GARRISON, C.B.; CHANG, H.S. The effect of monetary and fiscal policies on regional business cycles. *Interregional Regional Science Review*, n.4, p.167-80, 1979.

KEYNES, J. M. (1936). A teoria geral do emprego, juros e dinheiro. Cambridge: Macmilian. v.7. (O coletado writings de John Maynard Keynes).

KEYNES, J. M. A teoria geral do emprego. *The Quarterly Journal of Economics*, Cambridge, v. 51, n. 2, p.209-223, Feb.1937.

KEYNES, J. M. Teorias alternativas da taxa de juros. *The Economic Journal*, Londres, v.47, n.186, p.241-252, jun.1937.

MUNHOZ, V. C. V. Polarização Regional e Sistema Financeiro: um Estudo Comparativo Entre as Sedes das Macrorregiões Brasileiras e Suas Áreas Polarizadas. IPEA, Categoria Demais Profissionais, Março, 2007.

NOGUEIRA, M.; CROCCO, M.; FIGUEIREDO, A. T. L. Estratégias bancárias diferenciadas no território: o caso de Minas Gerais. Belo Horizonte: UFMG/CEDEPLAR, 2009. (Texto para Discussão, n. 345).

OLIVEIRA, G. C. Moeda indexada, indexação financeira e as peculiaridades da estabilização monetária no Brasil. *Economia Ensaios*, v. 24, p. 7-26, 2010.

PAULA, L. F. *Financial Liberalization and Economic Performance: Brasil at the cross roads*. London: Rout ledge, 2011.

RODRÍGUEZ-FUENTES, C. Disponibilidade de crédito e desenvolvimento regional. *Artigos em Ciência Regional, Urbana*, v.77, n.1, p.63-75, jan.1998.

SAMOLYK, K. A. A regional perspective on the credit view. Federal Reserve Bank of Cleveland, 1991. *Economic Review*, n. 27, p.27-38.

SILVA, T. L.; JORGE NETO, P. M. Economia de escala e eficiência nos bancos brasileiros após o Plano Real. *Estudos Econômicos*, v. 32, n. 4, p. 577-619, 2002.

STUDART, R. O sistema financeiro e o financiamento do crescimento: uma alternativa pós keynesiana à visão convencional. *Revista de Economia Política*, vol. 13, n.1 (49), janeiro-março.

WEINTRAUB, S. Interdependência de oferta e demanda de dinheiro. *Journal of Post Keynesian Economics*, Armonk, NY, v.2, n.4, p.566-75, Summer. 1980.

ZYSMAN, J. Governos, mercados e crescimento: Sistemas Financeiros e a Política de Crescimento Industrial. Londres: Martin Robertson. 1983.

CORRÊA, V. P. (2010). *Políticas de Crédito e Distribuição de recursos – uma análise do PRONAF*. Relatório de pesquisa. IPEA. Novembro.

CORRÊA, V. P.; ADATI, F. M.(2004). Mudanças no Sistema Bancário Nacional – Uma análise dos impactos sobre sua forma de atuação. *Anais do Encontro nacional da Sociedade Brasileira de Economia Política (SEP)*, 2004.